



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETUBAL
Realizada em 27 de março de 2018

N.º 2/2018

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezanove horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por André Valente Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – André Valente Martins, João Afonso Almeida da Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Anita da Conceição Birrento Vilar, João António Vicente, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Eusébio Manuel Candeias, Diamantino António Caldeira Estanislau, Marta Sofia Lourenço Pereira, João Manuel Martins da Silva, Antonieta Maria Saragoça dos Santos e Nuno Miguel Batista Lopes.

Partido Socialista – Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Maria João Teigas Santos Palma, António Hugo Lindo dos Santos Caracol e Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes.

Partido Social Democrata – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, António Miguel da Costa Ferreira, Carla Isabel Matos Rodrigues Vilhena e Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa e João Pedro Oliveira Santos.

Pessoas-Animais-Natureza – Maria Suzel Costa Sousa.

Centro Democrático Social – João Paulo Barros Viegas.

Presidentes de Junta – Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão).



Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, o Sr. Vice-Presidente, Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores: Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Joel Alexandre Neves Marques em substituição de Paulo Alexandre da Cruz Lopes (conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivados em pasta anexa à presente ata), Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Nuno Miguel Oliveira de Carvalho.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedido de substituição, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Pedro Acácio dos Santos Soares e Maria da Graça Santos Andrade, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 a 5, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedido de substituição Carlos Manuel da Conceição Batista, José Luís do Rosário Barão, António Manuel Baptista Dias, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Filomena dos Anjos Batista Rodrigues Nunes Cunha e Domingos Moreira Semedo, conforme documentos registados sob os n.ºs 6 a 11, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição, Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal), tendo sido substituído pelo membro do executivo Fátima de Jesus Carixas Silveirinha, conforme documento registado sob o n.º 12, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Manuel Fernando das Neves Rebelo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua tomada de posse e à respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua tomada de posse e à respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Manuel Jorge Silva Esteves, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua tomada de posse e à respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Ruben Santos Martins Catarino Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua tomada de posse e à respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua tomada de posse e à respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata.



Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Graciete Maria da Conceição Vasco, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua tomada de posse e à respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata.

d) Faltas

Não houve.

II – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Jerónimo Lopes (CDU) – Faço neste momento uma interpelação, porque pode até se justificar para a correção da ata, ou para tomar algumas medidas relativamente a isto. Estive a observar a ata da Comissão de Economia, Administração e Finanças e verifiquei a participação de Silvana Paulino pelo Bloco de Esquerda e que creio que não é deputada em funções nesta Assembleia. Verifiquei na súmula da correspondência recebida que não há, inclusive, nenhum pedido de substituição por parte de nenhum dos deputados do Bloco de Esquerda em funções, portanto, julgo que isto terá que ser corrigido. Na minha opinião esta pessoa que eventualmente será da lista do Bloco de Esquerda não podia participar na comissão, porque não é deputada em funções na Assembleia. Isto até para procedimentos futuros, porque, eventualmente, podem-se colocar situações deste tipo no futuro.

Vítor Rosa (BE) – Peço desculpa por alguma iliteracia da parte dos procedimentos regimentais, ainda mais que olhei para a ata que dizia que Vítor Manuel Freitas Rosa pediu substituição e que no seu lugar estava Silvana Paulino, mas o que é certo é que ela ainda não tomou posse na Assembleia, de maneira que deixo ao critério daquilo que entenderem como mais correto.

Presidente da Mesa – Se a Sra. Silvana Paulino ainda não tomou posse não pode ficar registado na ata a participação do Bloco de Esquerda.

Pedro Vieitas Antunes (PPD/PSD) – A primeira questão que queria colocar ao executivo é relativamente à falta de saneamento básico no Vale da Rosa. O PSD tem vindo há vários meses a alertar para este facto e precisamos de saber quando é que vai ser resolvida a falta de saneamento básico. A 26 de julho de 2017, a dois meses das eleições, a Sra. Presidente, na altura candidata da CDU, garantia no jornal “O Setubalense” que a ligação à rede municipal de saneamento, e vou dizer as palavras que utilizou: “*seria feita muito em breve e será mesmo feita*”. Vai ser tão breve como foi há oito anos, quando foi candidata pela primeira vez à Câmara e foi ao Vale da Rosa onde garantiu que ia fazer o saneamento básico?

Infelizmente também temos de falar da Estrada Municipal 542-1, a Estrada de Santas. É lastimável o estado em que se encontra aquele troço, sabendo ainda por cima que temos agora o parque para os veículos pesados. A estrada não tem condições para que as viaturas estejam ali a circular, principalmente os automóveis ligeiros. Sabemos e temos noção que a Câmara Municipal de Setúbal dá preferência ao centro da cidade, mas não podemos esquecer que as pessoas que vivem na periferia também pagam taxa de IMI, à taxa máxima – da qual já estamos a receber os documentos para pagar – e também pagaram uma taxa ilegal da Proteção



Civil, considerada inconstitucional. Por isso, pergunto para quando é que vamos ter aquela estrada arranjada.

Pergunto ainda se a Câmara Municipal está atenta àquilo que se tem passado com o transporte de animais vivos para o porto de Setúbal, e relativamente à exportação por Israel. Sabendo que a Câmara tem dois veterinários municipais que são pagos em 40% pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária para exercerem e fazerem serviços municipais relativamente à saúde e bem-estar animal, o PSD questiona se a Câmara está em contato com a DGAV, e sabemos que está, para que seja reforçado o número de veterinários municipais. Não só para assistirem ao embarque daqueles animais que vêm nos transportes para o porto como também para fazer face a todas os novos desafios que vão ser postos nas transferências de competências para a Câmara.

Suzel Costa (PAN) – Este sábado foram cortadas pela base duas árvores na Avenida Mariano de Carvalho. Recebemos denúncias de munícipes acerca do corte dizendo que estas estavam sãs, pelo que não compreendem a decisão. Tendo em conta que as árvores já foram cortadas, se elas estavam sãs ou doentes pouca diferença faz agora. O que faria realmente diferença era que fosse dado andamento célere à proposta que aqui fizemos de revisão das regras relativas ao património arbóreo, nomeadamente a disponibilização de informação atempada à população. Como a proposta que fizemos em dezembro desceu à comissão, e não conheceu avanços desde então, gostávamos de saber o que está a ser feito pelo executivo para proporcionar mais informações aos munícipes acerca dos abates e dos motivos.

Gostaríamos ainda de perguntar se nove meses depois da implementação da obrigatoriedade de haver alternativas vegetarianas nos refeitórios públicos que estão na responsabilidade do Município, qual é a realidade no terreno e se estão previstas medidas que permitam que os utentes que pretendam experimentar esta alternativa de forma ocasional e não constante o possam fazer, e se sim, quais.

Vitor Rosa (BE) – Voltamos a colocar ao executivo duas perguntas que ficaram sem resposta na anterior sessão. Relativamente ao espaço público de Azeitão, o qual durante a última campanha eleitoral autárquica os azeitonenses tomaram conhecimento, através de placas informativas da Câmara e da Junta de Freguesia de Azeitão, sobre a construção de mais um espaço público. Isto no terreno junto à EN 10. O que perguntamos, sendo a designação de utilização do espaço público muito abrangente, e constatando hoje que essas placas já não se encontram neste local que parece estar ao abandono, é se isto foi apenas uma mera propaganda eleitoral, ou se o projeto está previsto e com datas para o seu início. Que tipo de infraestruturas e equipamentos se projetam para aquele espaço?

Também ficou pendente na última sessão a pergunta sobre a questão da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, relativamente a canídeos, uma vez que segundo informação do *site* da Câmara Municipal as novas instalações do canil e gatil tem apenas capacidade para 30 a 40 cães e 3 a 6 gatos. Havendo um período transitório de dois anos para a aplicação desta lei, aquilo que mais uma vez perguntamos – em virtude da aproximação do período final transitório e face à exígua capacidade das instalações municipais –, é que campanhas têm sido feitas junto da população para a adoção. Para além da informação prestada no *site* e face à proibição de abate como forma de controlo da população, que medidas estão previstas, nomeadamente na capacidade das instalações existentes e face ao previsível aumento do número de cães e gatos nestas condições.

O Bloco de Esquerda foi contactado pela mãe de uma criança atualmente a frequentar a educação pré-escolar e que para o próximo ano vai para o primeiro ano da escolaridade. A

criança em causa reside na cidade e tem uma perturbação do espectro do autismo diagnosticado, pelo que atualmente usufrui de terapias de apoio ao seu desenvolvimento. A questão colocada por esta mãe é que na transição para o 1.º ciclo e de acordo com as visitas efetuadas às três escolas de Setúbal com unidades de ensino estruturado para esta situação, não existe vaga. Ficou a saber, por informação dada pelos responsáveis, que o seu filho não teria vaga naquelas entidades no próximo ano letivo. Quer isto dizer que nem o seu filho e nem os outros meninos nestas condições têm vaga nas três escolas da Unidade de Ensino Estruturado, pois estão todas superlotadas. Atendendo ao exposto perguntamos se a Câmara Municipal tem conhecimento da situação de sobrelotação das três unidades de ensino estruturado para alunos com perturbações do espectro do autismo na cidade de Setúbal. Se sim, que medidas foram ou vão ser tomadas junto do Ministério da Educação para aliviar a situação de sobrelotação em Setúbal?

João Viegas (CDS-PP) – A primeira questão relaciona-se também com o período eleitoral em que surgiram notícias, e penso que houve também uma informação em reunião de câmara, de que se ia adquirir o edifício da EDP na Avenida da Portela, pretendendo-se com esta aquisição a instalação de vários serviços nesse edifício. Pergunto se existem mais desenvolvimentos sobre esta matéria, se se trata efetivamente de uma aquisição ou de outra forma de utilização daquele espaço. Tratando-se de uma aquisição pergunto se é possível saber quais os valores envolvidos e também quando é que se perspetiva a passagem dos diversos serviços para este edifício, e quais são?

Quanto ao Mirante da Várzea, e também em período eleitoral, este surgiu envolto em várias lousas com a indicação de que intervenção seria suportada por uma instituição financeira. Entretanto, e que tenha conhecimento, não têm surgido mais informações. Seria importante saber para quando é que está prevista a intervenção, qual é o projeto, e igualmente perceber quais são os valores envolvidos?

Manuel Fernandes (PS) – Coloco a questão dos atrasos no pagamento a fornecedores. É sabido que é um problema estrutural, não é um problema único da Câmara de Setúbal, mas há 308 municípios e apenas 22 estão em pior situação nos atrasos de pagamentos a fornecedores. A Câmara de Setúbal não tem em causa a violação do Código Comercial que prevê o pagamento a 30 dias, nem o tempo de referência dos 60 dias. São termos de referência e que podem ser consultados. A questão é que apenas uma capital de distrito é pior do que Setúbal em termos de atraso a pagamentos, Aveiro. Não é uma situação confortável e sabemos que não é uma situação única, mas queremos saber se existe alguma preocupação com esta problemática e se existe algum programa que, pelo menos, preveja a recuperação do pagamento? Não é dentro da legalidade, mas, pelo menos tentar pagar o mais brevemente possível, tendo em conta a importância que isto tem para a economia local.

Manuel Esteves (PS) – Começo por repetir o pedido que fiz na última Assembleia e na qual nenhuma das questões me foi respondida. Houve uma moção da CDU aprovada na Junta de Freguesia de Azeitão em que pedia, e foi aprovada com 7 votos a favor e 6 abstenções, a alteração ao nome de uma rotunda, de “Bacalhoa” para “Dr. Francisco Oliveira”, mais conhecido por Dr. Pera. Visto que a Comissão de Toponímia ainda não tem conhecimento da situação que se passou nessa assembleia, queria saber se o executivo da Câmara já tem esse conhecimento e se tem alguma resposta a dar? Tinha também questionado qual era o interesse de no Pinhal de Negreiros serem marcados pinheiros para abate sendo que não têm doença

nenhuma. Os próprios habitantes daquela zona, conhecida mundialmente, opõem-se inteiramente a esse abate.

Sobre a questão do Forte de Albarquel, que tanto tem sido falada e continua a ser, segundo uma notícia e informações que colhi foi novamente vandalizado. Está sujo e totalmente aberto a quem quiser lá entrar, o que é um perigo para o público em geral.

Por fim, o passeio de que tenho vindo a falar desde há anos a esta parte e porque há necessidades por parte das pessoas que transportam coisas de Vendas para Vila Fresca, ali ao lado da Estrada Nacional 379. Pergunto se isto tem tido algum acompanhamento e se tem evoluído dentro das *démarches* que nos têm sido prometidas?

Celestina Neves (Presidente da Freguesia de Azeitão) – Relativamente à questão do Bloco de Esquerda acerca de um terreno, apresentaram precisamente a mesma questão em 2014, e foi relativamente ao Parque do Morango. Foi precisamente a questão das placas e o terreno. De facto, é para ali ser feito um parque no espaço público. As eleições foram em outubro e efetivamente o programa eleitoral teria de estar todo concluído. Já em 2014, e relativamente ao Parque do Morango, houve a questão da placa, do terreno e de ter sido feito por campanha eleitoral. Na parte que diz respeito à junta de freguesia também o espaço público será feito. É capaz de demorar mais uns meses, porque aquele terreno era privado e a Câmara Municipal de Setúbal adquiriu-o, mas confina com o mercado mensal. Já temos levantamento topográfico e andamos a contactar todos os feirantes, porque vamos requalificar o mercado. Portanto, haverá terreno sobrando. Nessa altura será estudado um projeto que englobará aquele terreno mais o sobrando do mercado municipal com o qual confina. Também quando diz que está totalmente abandonado, isso não corresponde à verdade. As oliveiras já foram tratadas e têm ervas que por causa das chuvas e do seu crescimento ainda não podem ser cortadas. Relativamente a uma questão colocada por Manuel Esteves efetivamente a aprovação da moção foi para a Câmara, tal, como não podia deixar de ser, e, portanto, competirá à Comissão de Toponímia, sendo que a Câmara não tem de se pronunciar antes da comissão.

Sobre Pinhal de Negreiros houve um plenário onde estiveram cerca de 50 moradores, e daí surgiu o grupo que tem vindo a reunir com a Câmara, assim, todas as intervenções que estão a ser feitas é com a concordância dos moradores. As intervenções são feitas pela Câmara Municipal, não são feitas pela junta de freguesia. A Câmara pronunciar-se-á acerca disso e porque há populações a manifestarem-se, mas é pena não terem ido ao plenário sendo que todos foram contactados. É pena porque em vez de uns 60 tinham ido 200 e assim manifestavam a opinião. Já foi explicado pela Proteção Civil, porque é que é aquelas árvores eram cortadas e não houve ali objeções.

Entrou na sala de sessões, o deputado João Vicente.

b) Intervenção do Executivo

Vice-presidente da Câmara – O Sr. Deputado Municipal Pedro Vieitas Antunes recolocou o saneamento básico no Vale da Rosa e isso já foi respondido pormenorizadamente pelo Sr. Vereador das Obras, Carlos Rabaçal, que melhor pode falar disso. É um interesse da Câmara, assim como são todos os de carências básicas no município, mas isto não se pode estar sistematicamente a ser perguntado e a ser respondido. Quando entrar na ordem de prioridades isto será tratado em função dos habitantes a servir, o volume e o valor da obra. Temos uma lista grande e essa entrará nas prioridades, não vai ser para as calendas, e vai ser neste mandato de certeza absoluta.



Quanto à Estrada de Santas escolheu mal o exemplo para dizer que a Câmara só trata do centro da cidade. É onde se acabou de fazer obra e houve uma intervenção de saneamento básico necessária e prévia ao tratamento do pavimento. É onde se está a fazer o tratamento da via para servir uma nova instalação no parque do AICEP dos estacionamento TIR. É um novo equipamento que há muitos anos a cidade já precisava. Escolheu um exemplo para a opinião pública dizendo que a estrada ainda não está acabada. Não está, mas daqui a poucos meses já estará, não tenha a mínima dúvida. Pode estar descansado com essa população que contacta, se não lhes chegar a informação da Câmara chegará da sua parte, certamente. A Estrada de Santas vai ter um pavimento em condições, novinho e com todos os arranjos de infraestruturas feitos, com valetas, reperfilamentos, etc... Se não for, entretanto, convidado para a inauguração, uma coisa que até nem costumamos fazer, então pergunte lá mais para o fim do ano. Mas como estamos longe do final do mandato talvez faremos esta inauguração.

A Câmara Municipal está atenta ao que se passa com os animais vivos e o seu transporte. Esta pergunta é espantosa! Não sei se esteve na última Assembleia Municipal em que a mesma pergunta foi colocada pelo Bloco de Esquerda. Isto levou resposta e como pergunta novamente volta a ter a mesma resposta. Não sei se entende que não é ao Município que compete fiscalizar o transporte de cargas e o abate por veterinários, mas em princípio saberá disso. Não sei se sabe que há uma entidade policial nacional para fiscalizar e que se chama ASAE, não se chama Câmara Municipal. Estamos disponíveis para colaborar com a Direção Geral de Veterinária. Estamos dispostos a ter um veterinário, mas não estão lá dois contratados pela Câmara. Isso está a ser solicitado pela DGAV, porque não tem orçamento para contratar, e como devia, um funcionário indispensável ao funcionamento do matadouro. Não estou a falar em termos de crítica, mas em termos de factos. Não estão lá dois veterinários e nem são responsabilidade do Município, nada disso! São responsabilidade de quem não consegue cumprir e pede ajuda à Câmara nesse sentido. Isto está a ser tratado com a Sra. Vereadora Carla Guerreiro, sendo que por acaso o primeiro contacto até foi comigo. Não crítico o procedimento, mas a DGAV não tem os meios necessários para fazer a sua função. Se a ASAE e a DGAV não têm as suas funções asseguradas como é que vem pedir contas à Câmara Municipal, que não tem nenhuma jurisdição nessa área? O seu a seu dono e as responsabilidades a quem as tem!

Sobre o caso das árvores abatidas na Avenida Rodrigues Manito, a Sra. Deputada Suzel Costa sabe perfeitamente as coisas, até pelo contacto que tem tido com esta vereação. Sabe que não abatemos árvores por “malvadez”, mas se estão em condições que já não garantem a segurança naturalmente que tem de haver intervenções. Aquilo que a Sra. Deputada e os Srs. Deputados podem ver, incluindo o Pinhal de Negreiros, é que há uma gestão das árvores em relação às suas condições e se prejudicam nalguma coisa. Se caísse uma árvore em cima de um carro ou de uma criança, o que aqui seria dito! Nunca estamos livres disso acontecer, mas fazemos a avaliação fitossanitária por técnicos da Câmara e pela própria Proteção Civil. Se é de abater faz-se, não é por gosto ou malvadez, é por necessidade! Choca-me sempre o tom com que se colocam estas questões, parece que se está a querer fazer mal às árvores quando isso só acontece em último caso. Essas já estavam em condições fitossanitárias degradadas, e assim não foi por uma razão qualquer.

Quanto às alternativas vegetarianas nos refeitórios públicos os próprios funcionários contratados têm responsabilidades, o contrato vai nesse sentido e de acordo com a legislação também. Se me der algum exemplo de que isto não está a ser cumprido iremos averiguar.

O Sr. Deputado Vitor Rosa coloca a questão do espaço em Azeitão e julgo que a Sra. Presidente da Junta lhe deu resposta suficiente. Posso adotar perfeitamente aquela explicação, porque é o que é! A lei também é o que é, mas o Município tem um canil e um gatil, tem

possibilidades de tratar e tem uma política de tratamento, vacinação, recolha e adoção. Não tem uma política de abate, tal como cobardemente se diz nas redes sociais, com muita gente a fazer acusações ao abrigo do anonimato. Isto também acontece noutras câmaras que fazem alguma coisa em defesa dos animais e que são sujeitas a essas campanhas. Sejam 30, 40, 50 ou 100 animais é insuficiente, há muitos mais que precisam de ajuda, mas com certeza que o PAN sabe o que temos feito na recuperação das colónias de gatos, na vacinação, no tratamento, na política de adoção e não numa de abate. Uma lei que venha dizer que não há abates não nos mete medo nenhum, porque é essa a nossa prática. As nossas instalações nunca chegam, mas, entretanto, outras têm vindo a ser feitas, nomeadamente em Palmela, e em Sesimbra, onde também estão a ser planeadas.

Quanto ao autismo esta custa ouvir, mas não custa responder. Faz-se o levantamento das necessidades em relação ao tratamento especial para crianças todos os anos letivos, e depois a Câmara conjuntamente com o Ministério da Educação faz o cálculo das salas, escolas, etc... Agora, chegar aqui e “atirar para o ar” que são insuficientes é que não! Tem de apontar se houve alguma criança que ficou sem enquadramento escolar para que a Divisão de Educação vá tratar disso. Dessa maneira é que não vale! Se há um caso não é para politizar, porque estas situações são delicadas demais. Sem se saber onde e quem é difícil responder.

O Sr. Deputado João Viegas colocou a questão do edifício da EDP, e se é verdade, ou não, a situação de mudança para ali. O ponto a que se chegou de negociações já deu uma solução muito próxima. A EDP diz que até meio do ano disponibilizará aquilo pois está à procura de instalações alternativas na subestação de Vale de Mulatas. Está a fazer alterações e está a ser negociado o valor. Julgo que não é arriscar o último valor a que se tinha chegado, não sei se ficará assim ou um pouco mais abaixo, ou um pouco mais acima, mas anda pelos 2,6 milhões de euros. Se for esse o valor basta olhar para aquilo e ver que não é exagero nenhum. O que está previsto é que este ano se faça alterações. Os serviços municipais estão a fazer o estudo, o levantamento das implantações e das áreas. Há que formalizar o contrato e fazer a mudança ainda este ano, portanto não é uma coisa para as calendas e nem para as próximas eleições. Desta vez parece que vai mesmo haver a possibilidade de sossegar as preocupações do deputado João Viegas.

Quanto à questão dos pagamentos e o Código Comercial então o Sr. Deputado vem trazer isto para uma sessão de Assembleia Municipal? O código não tem nada a ver com a gestão da administração pública. O que lhe posso dizer em termos de gestão financeira do município é que vamos ter oportunidade de conferir essas coisas dentro de muito pouco tempo, na próxima Assembleia Municipal, pois virão as contas de 2017. Aí se verá como é que está a situação, se estamos a aumentar taxas e o montante das dívidas, ou se estamos a reduzir o montante das dívidas e a reduzir o espaço. A informação que hoje tenho é que estamos a reduzir os prazos e os montantes. O montante legal obrigatório está a ser cumprido, todos os anos temos de reduzir 10%. Há de vir à Câmara Municipal e nessa altura veremos se nós estamos a reduzir a dívida em mais 10% e se estamos a conseguir reduzir os prazos. Garanto-lhe seguramente não é segundo o critério Código Comercial.

Quanto ao Sr. Deputado Manuel Esteves e para poupar tempo abstenho-me de responder, porque a Sra. Presidente já deu a resposta devida e já temos as contas acertadas com Azeitão. Não tenho outra resposta que a que lhe foi dada.

Manuel Esteves (PS) – Peço ao Sr. Vice-Presidente a gentileza de esclarecer acerca do passeio entre Vendas de Azeitão e Vila Fresca, pois exceto na Assembleia nunca tive resposta. Sei que já houve algumas démarches de grande porte entre a Junta de freguesia e a Sra. Presidente da Câmara para esse efeito, mas não sei em que ponto de situação isto se encontra.



Daí a razão de ter feito o pedido novamente. Também o caso da Albarquel não é de ânimo leve, a não ser que se queira ir lá amanhã confirmar aquilo que eu disse. Aquilo está muito sujo e vandalizado, e aberto. Tem a entrada do lado do mar e a da parte da serra. Isto devia ser fechado antes que ocorra ali alguma desgraça.

Presidente da Mesa – O tempo para os Srs. Deputados terminou para estas intervenções, de acordo com o regimento. Por sua vez o Sr. Vice-Presidente também esgotou o tempo que neste período está dedicado à Câmara. Assim, estas questões podem ficar para outra oportunidade.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Mas acho que era importante, porque quem aqui está a ouvir ficou com algumas dúvidas e preciso de ser esclarecido. Gostava de saber se estão ou não ao serviço da Câmara dois médicos veterinários. O decreto-lei 116/98 diz que o vencimento é compartilhado em 40% pela DGAV. Os veterinários municipais têm o dever de colaborar com o Ministério da Agricultura, Florestas e Envolvimento na área do respetivo município em todas as ações levadas nos domínios da saúde e bem-estar animal.

Presidente da Mesa – Não corto a palavra, mas é preciso termos a noção que temos o tempo contado. As perguntas e as respostas são da responsabilidade de quem as faz. Já que fez essas perguntas não sei se o Sr. Vice-Presidente num tempo de 30 segundos que a mesa pode oferecer quer dar resposta.

Vice-presidente da Câmara – Esta dúvida grande é simples de responder. O facto de a Câmara ter dois veterinários é para as suas funções, os mercados, para tratar de cães e gatos já falados, e não é para essas funções. O Sr. Deputado não pode presumir, desde que o Município tenha veterinários no seu quadro eles são sempre subsidiados. Não é assim em Setúbal, a lei apenas dá uma possibilidade.

Vitor Ferreira (PS) – É só para esclarecer que estamos preocupados suficientemente com a dignificação da Assembleia Municipal, estamos a fazer esse esforço. Sabemos que de vez em quando nos entusiasmos e utilizamos uma linguagem que vai um pouco para além do razoável, mas é só para lembrar o Sr. Vice-Presidente, que já não tem tempo, que nós não pedimos “o troco”. Colocamos as questões com boa postura e ficámos à espera de respostas. Se não as pode dar, ou se não as quer dar é uma coisa, mas troco não! Eram perguntas legítimas as que fizemos.

Vice-presidente da Câmara – Certamente que todos compreendemos aquilo que foram as perguntas que todos fizeram e as respostas que foram dadas.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – Foram distribuídos os seguintes votos de pesar pelo falecimento de Mário Mestre, apresentados pela CDU e BE, conforme documentos registados sob os n.ºs 19 e 20 respetivamente, arquivados em pasta anexa à presente ata:



“Voto de Pesar (CDU)

Mário Mestre

Mário Mestre, presidente do Clube Desportivo “Os Pelezinhos”, faleceu no passado dia 10 de março, aos 69 anos.

Figura incontornável do futebol de formação na cidade de Setúbal, era conhecido e estimado por todos quantos, numa altura ou outra da vida, com ele privaram.

‘Ti Mário’, como era popularmente chamado pelos muitos jovens que passaram pelos clubes que treinou, era conhecido pela forma hábil como trabalhava com a juventude. Para além de um talento inato para reconhecer a habilidade de um bom jogador, Mário Mestre transmitia aos seus pupilos a importância da formação académica e dizia sempre que era essencial que fossem “bons meninos, educados e com bons princípios de vida”.

Foi responsável pela evolução e dinâmica do clube nos últimos anos, tendo lutado sempre para que as suas equipas tivessem melhores condições para treinar. A passagem do campo na Praça do Brasil para a Várzea foi uma das suas grandes conquistas. E não raras vezes foi visto a executar, pela sua própria mão, trabalhos de manutenção nos Campos Municipais da Várzea.

Dirigente do clube “Os Pelezinhos” durante 13 anos, Mário Mestre, foi também treinador dos escalões jovens, tanto nesse clube como no Grupo Desportivo e Recreativo 1.º de Maio.

Em setembro de 2015, o Município de Setúbal reconheceu os elevados préstimos de Mário Mestre ao Desporto Setubalense, atribuindo-lhe a Medalha de Honra na Classe Desporto.

Na Gala do Desporto de Setúbal, realizada em janeiro de 2018, Mário Mestre foi nomeado Dirigente do Ano.

Pela marca que deixa na história do Clube que tão acerrimamente defendeu e dirigiu. Pela marca que deixa em centenas de jovens que treinou. E pelo contributo inestimável que deu ao desporto, em particular ao futebol, na cidade de Setúbal, Mário Mestre será para sempre lembrado.

À família enlutada, ao Clube Desportivo “Os Pelezinhos” e aos muitos amigos que deixou, a Assembleia Municipal de Setúbal apresenta sentidas condolências, sugerindo à Câmara Municipal a consideração do nome de Mário Mestre na toponímia do concelho.”

“Voto de Pesar (BE)

Mário Mestre

Faleceu no passado dia 10 de março, Mário Mestre, Presidente do Clube Desportivo «Os Pelézinhos», como dirigente associativo elevou o nome de Setúbal, tanto do país como no estrangeiro, através do desporto que ajudou a acontecer.

Recebeu vários reconhecimentos públicos, nomeadamente da Câmara Municipal ou da Associação de Futebol de Setúbal.

Aljustrelense de nascimento... Setubalense de coração,

Metalúrgico de profissão... democrata por opção e solidário por paixão.

A oportunidade laboral encaminhou-lhe os passos para a Cidade de Setúbal, a qual amou e dedicou o seu saber.

Mudou o mundo desportivo setubalense, com o seu compromisso.

Lutou por muitos sonhos, alguns concretizados outros, sabem-se lá quantos? Terão ficado apenas no seu pensamento, a avaliar pela sua fibra.

Mais de um milhar de jovens tiveram o privilégio de absorver a sua dedicação, como pedagogo, orientador e até companheiro de brincadeiras.

Sério no trato, exigente na ação. Presidiu a Direção do Clube Desportivo «Os Pelézinhos», até ao fim dos seus dias.



Assim, pela sua carreira e dedicação à causa associativa desportiva, com um importante legado para a cidade de Setúbal, os abaixo-assinados propõem que a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua reunião no dia 27 de março de 2018, delibere:

- a) Apresentar à sua família e amigos as mais sentidas condolências;*
- b) Recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que o nome de Mário Mestre, seja atribuído ao Campo Municipal com a gestão a cargo do Clube Desportivo «Os Pelezinhos»;*
- c) Observar um minuto de silêncio, em sua devida homenagem.”*

Não havendo intervenções foram os dois votos de pesar aprovados por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – O Sr. Mário Mestre foi presidente do clube desportivo “Os Pelezinhos”, uma coletividade que nos merece a todos certamente o maior reconhecimento.

(Foi feito um minuto de silêncio)

Presidente da Mesa – Foi distribuído o seguinte voto de pesar e condenação pela morte de Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes, apresentado pelo BE, conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata:

***“Voto de Pesar e Condenação pela Morte de
Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes***

O mandato de uma mulher negra, favelada, periférica, precisa estar pautado junto aos movimentos sociais, junto à sociedade civil organizada”. Estas foram algumas das últimas palavras proferidas de Marielle Franco, vereadora do Partido Socialismo e Liberdade na cidade brasileira do Rio de Janeiro, mulher, negra, lésbica, ativista, defensora intransigente dos Direitos Humanos e autointitulada “cria da favela da Maré” que foi brutalmente assassinada a tiro na passada quarta-feira, dia 14 de março, no Brasil, à saída de uma sessão pública de empoderamento das mulheres negras.

Consigo estavam Anderson Pedro Gomes, motorista do veículo, que também foi baleado e acabou por morrer, e a assessora Fernanda Chaves, que sobreviveu ao ataque.

Marielle foi morta com quatro tiros na cabeça. Várias organizações humanitárias já exigiram celeridade na investigação. Marielle Franco era relatora da comissão de acompanhamento da Intervenção Federal no Rio de Janeiro e nos últimos dias havia denunciado o assassinato de jovens negros pela Polícia Militar do estado.

Marielle Franco foi a quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro nas eleições de 2016, com mais de 46 mil votos na sua primeira disputa eleitoral. Socióloga, feminista, militante dos direitos humanos e crítica da recente ocupação de vastas áreas urbanas pela intervenção militar do governo federal no Rio de Janeiro, Marielle Franco empenhou-se na luta pelos direitos humanos, especialmente em defesa dos direitos das mulheres negras e dos moradores de favelas e periferias, e na denúncia da violência policial.

A Assembleia Municipal, reunida em plenário, manifesta o seu pesar pelo assassinato de Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes e transmite as suas condolências aos seus familiares, ao PSOL e ao povo brasileiro, e exprime a mais veemente condenação pela violência e pelos crimes políticos e de ódio que aumentam de dia para dia no Brasil.”

João Luz (CDU) – Acompanhamos este voto de pesar e de condenação apresentado pelo Bloco de Esquerda, mas sugeríamos no conteúdo deliberativo, mesmo na última frase onde diz, “crimes políticos e de ódio que aumentam de dia para dia no Brasil”, propúnhamos que



se adicionasse uma expressão como “*após o golpe*”. De facto, este quadro que hoje se vive no Brasil resulta de uma conjuntura política concreta e é fruto de uma determinada situação política naquele país.

Vítor Rosa (BE) – Aceitamos a sugestão colocada.

Vítor Ferreira (PS) – Acompanhamos a sugestão.

Não havendo mais intervenções foi o voto de pesar e condenação aprovado com as alterações introduzidas, por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Foi distribuído o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Ralfo Santos Formiga, apresentado pela CDU, conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata:

“Voto de Pesar

Ralfo Santos Formiga

A Assembleia Municipal de Setúbal expressa profundo pesar pelo desaparecimento de Ralfo Santos Formiga, personalidade intimamente ligada à história recente da cidade enquanto dirigente associativo, empresário e autarca.

Homem determinado e combativo, foi litógrafo, livreiro e industrial de restauração, atividades profissionais que conciliou sempre com a intervenção como agente social transformador na procura de uma sociedade moderna e mais justa.

Nascido a 17 de abril de 1943 na freguesia de Santa Maria da Graça, Ralfo Formiga teve um trajeto político reconhecido pela honestidade, pelo trabalho e pela competência.

Eleito como militante do PCP, entre 1976 e 1986, foi membro da Assembleia de Freguesia de Santa Maria da Graça. No mandato 2005-2009, presidiu à Junta de Freguesia de Santa Maria da Graça, cargo que desempenhou com assinalável espírito de serviço, num estilo de gestão marcado por uma incessante procura de consensos e por chamar os munícipes e as instituições à esfera de decisão.

A vida de Ralfo Santos Formiga caracterizou-se por um elevado sentido da participação cívica, através do envolvimento direto em diversos projetos culturais, desportivos e recreativos, num estímulo da atividade associativa do concelho.

Foi dirigente da Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense, sócio da Sociedade Musical Capricho Setubalense, nadador do Clube Naval Setubalense, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas, fundador do Secretariado das Comissões de Trabalhadores de Setúbal e membro da Comissão de Trabalhadores da Litografia Sado.

A Assembleia Municipal de Setúbal manifesta o seu profundo agradecimento a Ralfo Formiga por tudo o que fez pela sua terra e expressa sentidas condolências à família enlutada, sugerindo à Câmara Municipal a consideração do nome de Ralfo Santos Formiga para a toponímia do concelho.”

Não havendo intervenções foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

(Foi feito um minuto de silêncio)

Presidente da Mesa – Foi distribuída a seguinte moção “Dia Mundial do Teatro”, apresentada pela CDU, conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata:

“MOÇÃO

Dia Mundial do Teatro

Comemora-se hoje, dia 27 de Março, o Dia Mundial do Teatro.

No conjunto das diferentes atividades de cariz cultural, o teatro assume ímpar importância, contribui para a coesão social e para o sentimento de pertença a um coletivo. É fator de Paz. Sucessivos governos trataram o fenómeno teatral com desconfiança ou, mais subtilmente, tentam servir-se, pervertendo-lhe o seu sentido libertador.

Depois do 25 de Abril, o poder local democrático acolheu, protegeu e estimulou a atividade teatral, substituindo-se muitas vezes ao Poder Central, que se descarta das suas obrigações, também, no que ao apoio às artes diz respeito.

Hoje, em Portugal, as companhias de teatro, os encenadores, os atores, os técnicos qualificados vivem em extrema precariedade, obrigados a “mendigar” uma estabilidade que pelo seu trabalho não lhes pode ser negada.

Setúbal, apesar de todas as vicissitudes, mesmo com períodos menos felizes, graças ao poder local democrático, a gente de teatro não está completamente abandonada.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 27 de Março, Dia Mundial do Teatro, delibera:

1. Solidarizar-se com o esforço destes homens e mulheres que amam intensamente o trabalho que desenvolvem e saciam assim a nossa fome de conhecimento, de fantasia e de sonho para que possamos ser livres e felizes;

2. Apelar à Câmara Municipal de Setúbal que prossiga a sua política de apoio e incentivo às artes e, em particular, ao Teatro que tantas e tão ricas tradições tem no nosso concelho;

3. Exigir do Governo medidas concretas de apoio ao Teatro e às companhias de teatro que por todo País se constituem como agentes de democratização do acesso à cultura.”

Vitor Ferreira (PS) – A bancada do Partido Socialista vai-se abster na moção, não porque não tenha noção daquilo que é também a vida difícil de quem procura seguir esta profissão e arte, mas porque não acompanhamos a diferença de verbos quando se apela à Câmara a se exige ao governo. A questão da exigência ao governo não me parece que fique bem quando se apela à Câmara. Percebo que a CDU o faça, mas gostaríamos que o verbo tivesse sido o mesmo a ser utilizado. Ou apelamos ao governo e à Câmara ou exigimos aos dois, porque, no fundo, também é competência dos dois. Vamos abster-nos, e viva o teatro!

Anita Vilar (CDU) – É evidente que eu percebo, porque é que o Partido Socialista toma esta posição, mas a nós não nos custa nada mudar o apelar para o exigir à Câmara.

Vitor Ferreira (PS) – Neste caso acompanhamos e votamos a favor.

Não havendo mais intervenções foi a moção aprovada com as alterações introduzidas, por unanimidade e em minuta.



Presidente da Mesa – Foi distribuída a seguinte moção “Construção do novo Centro de Saúde de Azeitão”, apresentada pela CDU, conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata:

“Moção

Construção do novo Centro de Saúde de Azeitão

A Unidade de Saúde de Azeitão funciona numa moradia adaptada e num pavilhão pré-fabricado adjacente, sem condições para a prestação de cuidados de saúde aos utentes. As instalações existentes não são adequadas para o fim a que se destinam!

Por outro lado, com o crescimento demográfico em Azeitão, já há muito que as instalações não têm capacidade para dar resposta ao número de utentes registado!

Há anos que se torno urgente encontrar soluções para este problema.

A carência de recursos humanos afeta igualmente de forma grave a Unidade de Saúde de Azeitão. Na Unidade de Saúde de Azeitão há 5 médicos de família e são precisos mais 7. Dos 19.200 inscritos nesta unidade de saúde, apenas cerca de 38% dos utentes têm médico de família.

A situação em que se encontra o Centro de Saúde de Azeitão, no que respeita às instalações e no que respeita à carência de recursos humanos, é consequência da política de desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde (SNS) por sucessivos Governos. Apesar de o Governo vir a público afirmar o reforço dos cuidados de saúde primários, a realidade concreta em Azeitão evidencia o oposto.

Há muito que a população e seus representantes defendem a construção de um novo centro de saúde em Azeitão e a contratação dos recursos humanos em falta, para assegurar as condições adequadas para a prestação de cuidados de saúde aos utentes e as condições de trabalho dos profissionais de saúde.

Assim:

Sabendo que a questão do terreno nunca foi obstáculo para a sua construção, havendo ao longo dos anos manifestações de disponibilidade da Câmara Municipal para a sua identificação e cedência;

Tendo recentemente a Câmara Municipal de Setúbal confirmado essa disponibilidade e respetiva localização, em Vila Nogueira de Azeitão, junto aos novos campos de padel e do espaço goArrábida Azeitão;

Havendo acordo quer da ARS, quer da Administração Central do Sistema de Saúde com a localização, e sendo positivas as informações que confirmam que o projeto e seu financiamento estão no bom caminho.

A Assembleia da Municipal de Setúbal, reunida em 27 de Março de 2018, delibera:

- 1. Reafirmar a necessidade urgente da construção do novo Centro de Saúde de Azeitão;*
- 2. Manifestar a sua solidariedade e apoio aos utentes do Centro de Saúde e à população de Azeitão, na sua luta e na dinamização de ações concretas na prossecução destes objetivos, apelando à sua mobilização e participação;*
- 3. Exigir que a ARS e o Ministério da Saúde tomem desde já as medidas para reforço do pessoal médico com a admissão de 7 novos médicos de família (MGF);*
- 4. Exigir igualmente a adequação dos recursos administrativos e de enfermagem, bem como a alteração do modelo de funcionamento com vista à melhoria do atendimento, nas diversas valências.*

Remeter a: Ministro da Saúde, Grupos Parlamentares, ARS-LVT, Administração Central do Sistema de Saúde, ACES Arrábida, Unidade de Saúde de Azeitão e à Comunicação Social.”



Diamantino Estanislau (CDU) – Consideramos que esta moção da construção do novo centro de saúde é urgente, considerando que a unidade de Azeitão está instalada numa moradia adaptada, desde 1978, e que em 2000 ficou com um pré-fabricado anexo. Também tendo em atenção que a população das duas freguesias de Azeitão nos últimos 20 anos duplicou, e que está neste momento com cerca de 20 mil habitantes consideramos que é ainda mais urgente. Depois, esta unidade não tem capacidade para responder aos utentes da região. Tem atualmente cinco médicos quando a sua capacidade devia ser de 12 ou 13, portanto, aqui há uma diferença de mais de metade. Tem capacidade apenas para servir 7 mil utentes quando estão inscritos cerca de 20 mil. Achamos que estão criadas as condições para a construção do novo posto de saúde atendendo que recentemente a Câmara Municipal disponibilizou o terreno para a sua construção. Há também um acordo entre a ARS e a Administração Central do Sistema de Saúde acerca da sua localização. Acho que estão criadas as condições necessárias para a construção do novo centro de saúde que Azeitão merece e exige em termos de convergência. Daí trazermos esta moção para apelarmos ao poder central e às entidades competentes para que o mais breve possível criem isto com as condições necessárias para servir toda aquela população.

Vítor Ferreira (PS) – Vamos votar favoravelmente a moção, porque primeiro que tudo está em questão o superior interesse da população, mas como é sabido que temos uma certa simpatia pelo atual governo e quando começámos a ler alguns elementos como “*apesar de o governo vir a público afirmar o reforço dos cuidados de saúde*”, nos consideramos, ficámos um pouco incomodados. Mas depois ficámos mais animados, quando talvez em contradição, ou não, reparámos que há informações que dizem que há alguma possibilidade ou confirmam que o financiamento do projeto está em bom caminho. Assim, acompanhamos e vamos exigir o melhor para as gentes de Azeitão, porque é isso que é o mais importante.

Não havendo mais intervenções foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Foi distribuída a seguinte moção “Março é mês da Juventude”, apresentada pela CDU, conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata:

“Moção

Março é mês da Juventude

No mês de Março assinalam-se duas relevantes datas para a juventude portuguesa: o dia 24 de Março, Dia do Estudante, e o dia 28 de Março, Dia da Juventude.

Estas datas simbólicas estão intimamente ligadas à luta dos jovens portugueses pela liberdade, pela paz, pela democracia e pela melhoria das condições de vida.

Se o dia 24 de Março nos remete para a Crise Académica de 1962; o dia 28 de Março, lembra-nos o acampamento do MUD Juvenil, em Bela Mandil, no Algarve, em 1947 e a brutal repressão que em ambos os momentos se abateu sobre quem ousou pensar e agir em defesa dos seus direitos, contra a ditadura fascista.

O Dia do Estudante continua a ser celebrado em todo o país por todos os que defendem uma escola pública, gratuita, democrática e de qualidade para todos.

Os estudantes já muito conquistaram, mas também sabem que muito ainda está por fazer e por isso continuam a lutar:

Por mais investimento na Educação, que garanta condições materiais e humanas nas escolas;

Pelo fim dos exames nacionais e por um sistema de avaliação que valorize a avaliação contínua;



Contra a lógica da profissionalização da Educação, que visa empurrar os filhos dos trabalhadores para as vias profissionais e barrar-lhes o acesso aos mais elevados graus de ensino, ou direcioná-los para um ensino superior “de segunda”;

Pelo fim dos estágios curriculares que não são verdadeiros estágios de aprendizagem prática, mas sim trabalho gratuito, muitas vezes sem relação com os cursos;

Pelo passe escolar para todos os estudantes;

Pelo fim das propinas, as taxas e emolumentos e todas as barreiras de acesso ao Ensino Superior;

Contra o Processo de Bolonha;

Por mais e melhor Ação Social Escolar, com bolsas adequadas às necessidades dos estudantes e entregues a tempo e horas;

Por mais residências estudantis e com melhores condições;

Contra os aumentos do preço da refeição social nas cantinas e a sua degradação, por melhores serviços;

Contra o RJIES – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e em defesa de uma gestão democrática das instituições, em que os estudantes sejam envolvidos;

Contra a privatização de serviços e a passagem de instituições ao regime de fundação de direito privado, que visam a sua privatização ou a gestão ao serviço de interesses privados;

Contra as tentativas de impedimento de realização de reuniões gerais de alunos (RGA) e de condicionamento da atividade das associações de estudantes, que se observam sobretudo no Ensino Secundário e no Ensino Profissional;

Pela revogação do Estatuto do aluno do ensino não superior e a inclusão dos direitos e deveres de todos os agentes educativos nos regulamentos internos das escolas.

Pela extinção do Parque Escolar e pela responsabilização do Ministério da Educação na conservação e reabilitação do parque escolar, em obediência a um Plano Nacional que confira prioridade às situações de maior degradação.

Também o Dia da Juventude continua, igualmente, a ser comemorado e a constituir-se como um momento de afirmação da luta juvenil por melhores condições de vida, por uma sociedade mais justa e solidária.

A juventude portuguesa, ao longo das últimas décadas, foi uma das principais vítimas da política dos baixos salários, da precariedade, da destruição das funções sociais do Estado, pois segundo diziam, moderno era não ter vínculos laborais, não ter salário certo, sair da zona de conforto e até emigrar. A crise recentemente vivida e as políticas de austeridade acentuaram, ainda mais, os problemas de uma juventude com salários de miséria, sem poder sair de casa dos pais ou constituir família.

Nos últimos 2 anos, foi possível repor, recuperar e conquistar direitos e rendimentos, invertendo, em parte, a austeridade imposta, mas os jovens portugueses não podem aceitar que se fique por aqui. É preciso mais, é preciso ir mais longe para que este seja um país com futuro.

É preciso acabar com a precariedade e as medidas que facilitam o despedimento, é preciso que a cada posto de trabalho permanente corresponda um vínculo de trabalho efetivo, é preciso que se acabe com a subcontratação e o aluguer de mão-de-obra, é preciso garantir o respeito por horários dignos que permitam a conciliação do trabalho com a vida familiar, é preciso um aumento geral dos salários.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 27 de Março de 2018, delibera:

1. Saudar os Estudantes e a sua luta em defesa da escola pública, gratuita, democrática e de qualidade para todos;



2.Saudar a Juventude e a sua luta por melhores condições de vida, pelo emprego com direitos, por horários e salários dignos;

3.Saudar a Câmara Municipal de Setúbal pelo extenso e diversificado programa de comemorações do Mês da Juventude;

4.Exortar os estudantes e os jovens do concelho de Setúbal a que prossigam a sua ação e luta pelos seus sonhos e direitos.

Remeter: Câmara Municipal, entidades que integram o Fórum Municipal de Juventude, aos órgãos de comunicação social.”

Marta Pereira (CDU) – O mês de março, como todos sabemos, é de extrema relevância para a juventude portuguesa visto que tem duas datas importantes, o 24 de Março, Dia do Estudante, e o 28 de Março, Dia da Juventude. Com esta moção queremos saudar os estudantes pela sua luta na defesa da escola pública gratuita, democrática e de qualidade. Queremos saudar também a juventude na luta por melhores condições de vida, emprego com direitos, horários e salários dignos, e também saudar a Câmara Municipal pelo programa das comemorações do Mês da Juventude.

João Viegas (CDS-PP) – Em relação aos considerandos provavelmente não tenho tempo para me debruçar de uma forma diferente sobre as diversas fontes que aqui estão, mas gostaria de perguntar aos proponentes o que entendem pelo ensino superior de segunda, tal como é dito no ponto 3: “*barrar o acesso aos mais elevados graus de ensino, ou direcioná-los para o ensino superior de segunda*”. Dou também nota que os estudantes participam, ao contrário do que dizem, na vida das escolas e das universidades. Gostaria que os proponentes indicassem se conhecem quais são as entidades que integram o Fórum Municipal da Juventude, e em que local encontraram esta descrição das entidades que integram este fórum.

Vítor Ferreira (PS) – Também vamos votar favoravelmente, mas em relação aos considerandos não conseguimos acompanhar todas as referências que são feitas, porque nos lembramos que o atual governo tem, neste momento, cerca de quinhentas intervenções em diferentes escolas espalhadas pelo País e lançou também o Programa Qualifica. Até sob proposta do PCP na Assembleia da República há ainda um programa de distribuição de manuais escolares. Há muitas coisas em que não acompanhamos, como as questões relacionados com as propinas, mas depois chegamos àquilo que é o mais importante: saudar os estudantes e a sua luta, saudar a juventude e saudar a Câmara Municipal, porque tem um programa que interessa também assinalar. É exortar os estudantes e jovens do concelho de Setúbal a que prossigam a sua ação na luta pelas soluções e direitos. Acompanharemos porque isso é o mais importante. Todos sabemos como é difícil a vida dos jovens e por isso, iremos votar favoravelmente, mas, às vezes, fico com a sensação de que quem escreveu os considerandos não está no país real, ou gosta pouco deste mecanismo de governação.

Paulo Calado (PPD-PSD) – Também nos suscita muitas dúvidas os considerandos que aqui estão. De facto, estão impregnados numa determinada visão do ensino que não é a nossa, e conforme tem sido demonstrado ao longo dos anos. Não nos revemos de forma nenhuma naquilo que aqui está descrito. Obviamente que na parte deliberativa concordamos genericamente com estas saudações, mas não podemos esquecer que todo este momento é uno. Não é só na parte deliberativa, mas também nos seus considerandos que julgo que propositadamente referem não só o fim das propinas, taxas, o processo de Bolonha, estágios curriculares e o fim dos exames nacionais. É todo um conjunto de matérias que fazem



obviamente parte daquilo que são os propósitos do ideário da CDU e nos quais não nos revemos. Essa é a razão pela qual iremos votar contra.

João Luz (CDU) – É por vivermos de facto no país real e de conhecermos o conjunto de situações que afetam os estudantes e jovens trabalhadores neste país que apresentamos esta moção. Todos os anos são milhares de jovens portugueses que são afastados do ensino por falta de condições socioeconómicas. Aparentemente esta não é uma realidade para o Partido Socialista, que há um conjunto muito grande de milhares de jovens estudantes portugueses que são atirados para o tal ensino superior de segunda, muito à volta do ensino dual, da ligação às empresas e ao mercado de trabalho em que os alunos são ensinados a apertar um parafuso e saem diretamente desse estabelecimento de ensino para a fábrica para apertar o tal parafuso. Isto é um ensino superior de segunda, porque aquilo que sucessivos governos do PSD, CDS e PS tem vindo a fazer é um longo processo de privatização do ensino, designadamente do superior, e do qual o secundário não escapa a este processo. Aliás, temos visto ultimamente notícias muito interessantes sobre algumas alegadas cumplicidades entre governantes e entidades privadas de ensino. Também não é verdade que esteja hoje garantido, com o regime jurídico das instituições de ensino superior, a participação do estudante na gestão democrática das escolas. Aliás, o que aconteceu foi uma profunda redução da participação dos alunos que gerem hoje o ensino superior. A lógica é a da transformação das instituições de ensino superior em empresas, e, portanto, nos conselhos de administração destas empresas não há lugar para a participação democrática dos estudantes e de outros agentes de ensino. Esta é a realidade que se tem visto no dia-a-dia e no quotidiano das escolas. Sobre o Fórum Municipal da Juventude, enquanto eleitos municipais somos convidados a participar. Não sei se neste mandato já existiu algum fórum, ou não, mas convido a participar porque vale a pena, é uma experiência enriquecedora. No próximo fórum era importante vermos até mais deputados municipais presentes e a acompanhar os trabalhos, porque participou um conjunto muito vasto de juventude de organizações juvenis. Muitas delas formais, tal como as juventudes partidárias, escuteiros, etc., mas também muitas entidades informais de jovens que têm projetos concretos na sua escola, no seu bairro, e que neste fórum têm oportunidade de discutir políticas municipais de juventude, projetos e de entre eles integrarem projetos comuns. Vale a pena participar e conhecer, e é um órgão que ao contrário do que é aqui muitas vezes sugerido, que é a constituição de um Conselho Municipal de Juventude que pela sua composição restringe a participação a um conjunto de associações que estão registadas. É o que está na lei, só participa nos conselhos municipais de juventude quem está registado no Registo Nacional de Associações Juvenis, e essa foi a estratégia para limitar a participação das organizações juvenis nestes espaços. Percebo que em grande parte do País onde não existe nada, isso até pode ser um avanço, mas nos municípios onde o trabalho é muito mais avançado e onde participam muitas outras estruturas, esse é um retrocesso inadmissível.

Não havendo mais intervenções foi a moção aprovada por maioria, com 32 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 2 do BE e 1 de AC, 4 votos contra do PPD/PSD e 2 abstenções, 1 do CDS-PP e 1 do PAN.

Presidente da Mesa – Foi distribuída a seguinte saudação “Bandeira Verde ECO XXI”, apresentada pela CDU, conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata:

“Saudação

Bandeira Verde ECO XXI

Desenvolvendo-se no quadro dos Objetivos da Agenda 21, resultante da Conferência do Rio (1992) e no quadro da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), o Programa ECO XXI, dinamizado pela Associação Bandeira Azul da Europa, visa distinguir e reconhecer boas práticas de sustentabilidade através de um específico sistema de 21 indicadores, cobrindo áreas da sustentabilidade tão relevantes como a gestão de recursos, a informação aos municípios, passando pela gestão da energia, mobilidade, floresta, resíduos, turismo, ordenamento do território, qualidade do ar e da água, agricultura ou emprego.

O reconhecimento do cumprimento destes indicadores traduz-se na atribuição da Bandeira Verde ECO XXI.

Em boa hora o Município de Setúbal associou-se ao Programa ECO XXI, o qual, reconhecendo o esforço efetuado na direção da sustentabilidade decidiu atribuir-lhe a Bandeira Verde ECO XXI, hasteada no Parque do Bonfim, no passado dia 21 de Março, Dia Mundial da Árvore e da Floresta.

É neste quadro que a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 27 de Março de 2018, reconhecendo o empenhado esforço efetuado pelo Município de Setúbal na direção da sustentabilidade ambiental, económica, social e institucional, saúda a atribuição deste galardão o qual se associa a outros igualmente relevantes na áreas da sustentabilidade, nomeadamente ambiental, como sejam o facto de ser membro efetivo do restrito Clube das Mais Belas Baías do Mundo e a atribuição da Bandeira Azul às suas praias.”

João Silva (CDU) – Esta saudação destina-se a cumprimentar a câmara pelo ótimo trabalho que tem sido feito na direção da sustentabilidade ambiental, económica, social e institucional que tem sido feita no município e incentivar este ótimo trabalho para o futuro.

Ótimo trabalho consubstanciado na atribuição deste galardão, que é um galardão com importância que se juntam a outros, no âmbito da sustentabilidade ambiental.

Manuel Fernandes (PS) – No contexto desta moção, também gostaria de cumprimentar o executivo pelo importante galardão, porque dentro do que são os critérios exigentes da Bandeira Verde ECO XXI, em termos de sustentabilidade ambiental principalmente, conseguimos atingir o patamar dos municípios de referência, como Lourinhã, Torres Vedras, Amadora, Sesimbra, Viseu, Loures, Leiria, Alvaiázere, Lousã, Pombal, Fundão, Arganil, Góis, Anadia, Águeda, Estarreja, Oliveira do Hospital, Cantanhede, Mealhada, Manteigas... A lista é imensa, não consigo encontrar capitais de distrito, mas, enfim.

Conseguimos, pela primeira vez, atingir este importantíssimo galardão e o executivo está de parabéns.

João Luz (CDU) – Era apenas uma interrogação, confesso, isto acontece a todos, umas vezes é do lado de lá e outras vezes é do lado de cá, e hoje fui eu a não perceber, tinha que acontecer um dia.

De facto, não percebi essa sua referência a esses concelhos todos e, portanto, precisava de perceber o que é que significa a referência a não existirem capitais de distrito e esse enunciado



de municípios, o que é que quer dizer, o que é que depreende daí? É que ficámos sem perceber.

Manuel Fernandes (PS) – Não sei se tenho que responder. Não vejo nenhuma pergunta nesta questão, mas pronto. Não percebi sequer o que é que o senhor deputado não conseguiu perceber.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Saudamos a atribuição da Bandeira Verde e daí o nosso voto a favor, porém, o autoelogio ao empenhado esforço do município na direção da sustentabilidade ambiental, parece-nos claramente exagerado como comprova a leitura atenta do relatório de atividades de 2017 já apresentado nesta assembleia.”*

Presidente da Mesa – Foi distribuída a seguinte recomendação “Alimentação de animais na via e demais lugares públicos”, apresentada pelo PAN, conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata:

“Recomendação

Alimentação de animais na via e demais lugares públicos

Proposta de alteração ao Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município de Setúbal e Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza pública do Município de Setúbal.

A Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia, ratificada através do Decreto n.º 13/93, de 13 de abril, da qual foram signatários os Estados-Membros do Conselho da Europa, destina-se exclusivamente à proteção de animais que têm com o ser humano uma especial relação de proximidade e convivência, garantindo o seu respeito, salvaguarda de condições de higiene e alimentação e prevenindo situações de maus tratos; Podendo ler-se no seu preâmbulo que o ser humano tem “obrigação moral de respeitar todas as criaturas vivas e tendo presentes os laços particulares existentes entre o homem e os animais de companhia” e ainda “verificando que as atitudes relativas aos animais de companhia variam consideravelmente por vezes devido a falta de conhecimentos ou consciência”. O artigo 12.º da referida Convenção refere que devem ser tomadas as medidas legislativas ou administrativas necessárias para reduzir o número de animais errantes através de métodos que não causem dor, sofrimento ou angústia evitáveis.

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), refere no n.º 1 do artigo 33º que é competência da câmara municipal nos termos da alínea ii) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos; e da alínea jj) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;

O artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro, refere que “compete às câmaras municipais, nos domínios da defesa da saúde pública e do meio ambiente, proceder à captura dos cães e gatos vadios ou errantes, encontrados na via pública ou em quaisquer lugares públicos, utilizando o método de captura mais adequado a cada caso... fazendo-os recolher ao canil ou gatil municipal” e que para o efeito “as câmaras municipais devem munir-se de infraestruturas e equipamento adequados e de pessoal devidamente preparado para o efeito, promovendo a correção das situações que possibilitam a subsistência destes animais na via ou quaisquer outros lugares públicos”; lendo-se ainda no artigo 7º, n.º 4 que as câmaras municipais podem criar zonas ou locais próprios para a permanência e



circulação de cães e gatos, sem os meios de contenção previstos. É o caso paradigmático das colónias de gatos, que implicam a captura, esterilização e devolução ao meio de origem ou a outro local mais adequado.

Com a Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, autonomizadas as disposições respeitantes aos animais e passando a ser reconhecido que "Os animais são seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza", estabelece-se a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população. O artigo 4.º refere "O Estado, por razões de saúde pública, assegura, por intermédio dos centros de recolha oficial de animais, a captura, vacinação e esterilização dos animais errantes sempre que necessário, assim como a concretização de programas captura, esterilização, devolução (CED) para gatos."

Na Portaria n.º 146/2017, de 26 de Abril; nos termos do nº5 do artigo 9 pode ler-se: " A colónia intervencionada será supervisionada pelo médico veterinário municipal, devendo a entidade responsável pelo programa assegurar que são prestados os cuidados de saúde e alimentação adequados aos animais, controlando as saídas ou entradas de novos animais, ou quaisquer outros fatores que perturbem a estabilidade da colónia, a segurança e a tranquilidade pública e da vizinhança, de tudo mantendo registo " e no nº7 "Os alojamentos e espaços utilizados pela colónia são mantidos livres de resíduos ou restos de comida, de forma a evitar a proliferação de pragas."

No Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município de Setúbal, aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de setembro e 4 de outubro de 2016 e publicado no Diário da República n.º 100/2017, Série II a 24 de maio de 2017, pode ler-se ainda no artigo 57.º que "Sempre que se revele necessário à prossecução da saúde pública e do cumprimento da legislação aplicável, a Câmara Municipal de Setúbal poderá celebrar protocolos com associações zoófilas ou com particulares que comprovadamente sustentem colónias de animais que visem a esterilização de animais de companhia". No entanto, e nos termos do artigo 8:º " é proibida a alimentação de animais vadios ou errantes em quaisquer espaços públicos ou em espaços privados confinantes com a via pública." O que se encontra em desconformidade com a legislação em vigor em matéria de implementação e de gestão dos programas de captura, esterilização e devolução (CED), nomeadamente porque colidem com as obrigações da entidade responsável pelo programa, a quem cabe assegurar a prestação de cuidados de saúde e de alimentação adequados aos animais integrados nas colónias de gatos. Nos termos da alínea q) do artigo 27.º do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e limpeza pública do Município de Setúbal, constitui contraordenação punível com coima de €200 a €22500, os atos consistentes em "Depositar na via pública alimentos para animais".

Considerando que os animais errantes, que vivem na via pública sem a proteção dos seus protetores, têm de lutar pela sua sobrevivência, e perante situações de fome ou doenças tendem a procurar comida e abrigo junto das zonas habitacionais e que a morte por subnutrição e falta de abeberamento é uma forma de sofrimento cruel e prolongado para com os animais, determinando na população animal subnutrida um sistema imunitário mais débil e, portanto, uma maior suscetibilidade de contrair zoonoses, de disputa pela obtenção de alimento e de sobrevivência, e bem assim de gerar situações de insalubridade.

Considerando que a Assembleia da República, na sua Resolução n.º 69/2011, aprovada em 25 de fevereiro de 2011, recomendou ao Governo, entre outras matérias, a instituição do conceito de «cão ou gato comunitário» de forma a garantir a proteção legal dos animais que são cuidados num espaço ou numa via pública limitada cuja guarda, detenção, alimentação e cuidados médico-veterinários são assegurados por uma parte de uma comunidade local de moradores.



Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal reunida em sessão extraordinária a 27 de março de 2018 delibera, na sequência da presente proposta do Pessoas-Animais-Natureza, recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:

A alteração do disposto no n.º 8 do Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município de Setúbal, ressalvando-se da proibição aí consignada, a alimentação de animais nos locais devidamente autorizados pelo município, designadamente ao abrigo dos programas CED e de controlo dos Pombos.

A alteração na alínea q) do artigo 27 do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e limpeza pública do Município de Setúbal, ressalvando-se da proibição aí consignada: a alimentação de animais nos locais devidamente autorizados pelo município, designadamente ao abrigo dos programas CED e de controlo dos Pombos.

A colocação de comedouros e bebedouros para animais (cães e gatos) quando uma pessoa ou grupo de pessoas que têm a cargo colónias de animais o solicitem, e se responsabilizem pela respetiva manutenção corrente, e salvaguardado o artigo 26 do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e limpeza pública do Município de Setúbal, tornando a cidade de Setúbal mais limpa e compassiva.

Que seja dado conhecimento da presente Recomendação às Associações de Proteção Animal do município.”

Vitor Ferreira (PS) – Nós vamo-nos abster na recomendação, um pouco na linha do que já tivemos ocasião de dizer, nomeadamente na Comissão Permanente.

Há matérias que, naturalmente, são relevantes, mas falta-nos o estudo e uma atenção que nos permita avaliar melhor e perceber melhor as consequências e o que será melhor caminho para uma política integrada nesta matéria.

Não conseguimos, neste momento, optar por um voto contra ou favorável e insistimos que estas matérias são de extrema importância e não podem ficar sujeitas nesta assembleia a um simples voto contra ou a favor ou à abstenção, como vai ser o nosso voto neste caso.

Recomendamos, uma vez mais, que deve baixar à comissão e reconhecemos que, se calhar, começam a ficar em lista de espera na comissão e depois nada se resolve, mas seja como for, ainda tenho alguma confiança nas comissões e fazia essa recomendação.

Ainda assim se for à votação iremos abster-nos com condicionantes, como estamos por alguma reflexão que achamos importante fazer sobre estas matérias de uma forma até mais integrada.

Vitor Rosa (BE) – Também subscrevia e sugeria que esta recomendação baixasse à Comissão de Ambiente.

João Luz (CDU) – Nós acompanhamos esta proposta, esta sugestão de baixar à comissão, até porque nos parece que há aqui questões que têm que ser equacionadas, designadamente as relacionadas com a salubridade e a saúde pública.

Há aqui um conjunto de matérias que têm que ser equacionadas e não podemos de forma leve votar e aprovar uma recomendação desta natureza sem aprofundar esta discussão. Portanto acompanhamos a proposta feita.



Paulo Calado (PPD/PSD) – Também acompanhamos a proposta de baixar à comissão, exatamente pelo tema que necessita da devida análise e a devida ponderação.

Suzel Costa (PAN) – Nada a opor. Fico até satisfeita que considerem que estas matérias são importantes e que precisam de ser debatidas

Presidente da Mesa – Há uma proposta de que esta recomendação apresentada pelo PAN baixe à Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade.

Eu ponho à consideração da Assembleia Municipal a votação desta mesma proposta. Senhoras e senhores deputados, entendo, uma vez que foi apresentado uma proposta que foi posta à consideração, embora nas intervenções os senhores deputados tenham dado uma orientação relativamente a este assunto, mas é necessário que a assembleia se pronuncie. Por isso é que eu acho que a assembleia deve votar, aliás não há razão nenhuma para não acreditar que os senhores deputados que intervieram em nome das bancadas, o fizeram exatamente com o sentido de que todos estão de acordo com essa manifestação, mas isso não é suficiente. É a minha interpretação, senhores deputados.

Manuel Fernandes (PS) - Senhor Presidente, a própria autora ou o próprio partido, autor desta recomendação, aceitou debatê-la em sede de comissão, portanto não vejo razão pela qual ela deva ser votada se não na altura devida depois das ilações tiradas pela comissão. É o que depreendo da própria autora, porque ela própria retirou a proposta.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Nós concordamos que seja votado baixar à comissão.

Presidente da Mesa – Na minha interpretação a partir do momento em que a recomendação é agendada, é posta à discussão, neste caso a recomendação deixa de ser do autor, que tem o direito de a discutir e de se pronunciar sobre ela, mas passa a ser da assembleia.

Neste momento esta recomendação é um documento que é da assembleia, independentemente, do sentido que foi dado pelas várias bancadas a este assunto, incluindo o proponente, acho que deve ser votada para que tenha um sentido. Porque a partir do momento em que ela vem ao plenário da assembleia, este decide e terá que haver uma votação, a não ser que o proponente entenda retirar a proposta, que não é o caso, e as outras bancadas não se opusessem.

la colocar à votação a baixa à comissão desta proposta, até porque se não fosse assim a própria comissão poderia pôr em causa a legitimidade para apreciar esta mesma proposta.

Não havendo mais intervenções foi aprovado por unanimidade baixar a recomendação à Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade.

Presidente da Mesa – Foi distribuída a seguinte recomendação “Monotorização dos solos das hortas municipais”, apresentada pelo PAN, conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata:

“Recomendação

Monitorização da qualidade dos solos nas hortas urbanas municipais

O projeto das Hortas Urbanas de Setúbal tem como objetivo dotar o concelho de “um equipamento comunitário que permita uma forte conexão ecológica, social e económica entre os habitantes da Cidade e uma atividade agrícola sustentável”, possibilitando, através da sua opção em exclusivo pelo modo biológico, “o cultivo de alimentos saudáveis ao ritmo da



natureza, acrescentando qualidade ao quotidiano urbano e poupança à economia dos agregados familiares”.

De acordo com o regulamento do referido projeto, são fomentadas práticas que “impedem o uso de pesticidas e fertilizantes químicos sintéticos e o cultivo de espécies invasoras”, promovendo-se, assim, “as práticas ancestrais de trabalho do solo, o uso e a partilha sustentável da água e o aproveitamento das características naturais das plantas para, em conjunto, ajudarem a proteger as culturas”.

Assim, como forma de assegurar que os princípios do projeto estão a ser respeitados nos vários talhões, nomeadamente a alínea c) do artigo 16.º e a alínea i) do artigo 17.º das Normas de Funcionamento das Hortas Urbanas de Setúbal, é fundamental que os serviços da autarquia realizem uma monitorização da qualidade dos solos e que publicitem os valores detetados.

Deste modo, a autarquia cumprirá melhor o seu dever de fiscalização sobre o uso dos talhões, proporcionará aos utentes deste serviço informação útil para as práticas agrícolas e poderá contribuir para uma compreensão mais alargada dos efeitos destes procedimentos na qualidade dos solos.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal reunida em sessão extraordinária a 27 de março de 2018 delibera recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:

1. Efetue análises periódicas, no mínimo de carácter anual, ao grau de toxicidade dos solos das hortas urbanas municipais.

2. Torne públicos os valores detetados.”

João Silva (CDU) – Em relação a esta recomendação, a CDU não acompanha a documentação, irá votar contra porque considera que não faz sentido. Primeiro porque hoje, mercê da legislação regulamentadora, é muito difícil a qualquer pessoa adquirir e aplicar produtos fitossanitários, um conjunto de fertilizantes específicos que contaminam claramente os solos.

Depois porque consideramos que não é fácil, e é de facto difícil fazer um acompanhamento de monitorização de todos os talhões. Não sei se sabe ou se sabem, os técnicos da câmara fazem reuniões mensais com os representantes das pessoas que têm talhões e que os cultivam, portanto consideramos que não faz qualquer sentido estar aqui a fazer um conjunto de monitorizações quando este acompanhamento já é feito.

Suzel Costa (PAN) – Esta monitorização vem no âmbito de que também está em causa a saúde pública, ao contrário do que o deputado diz que é difícil adquirir produtos fitossanitários, fitofarmacêuticos, eu pela minha experiência a nível profissional digo-lhe que é muito fácil. São muitos os casos de envenenamento e de pessoas que compram e adquirem isso em qualquer lado.

Por outro lado, está em causa a saúde pública. Nós não sabemos o que é que aqueles solos têm, não sabemos o que é que as alfaces que lá são plantadas têm.

Por outro lado, quando falamos no estudo de monitorização, falamos sempre por amostragem e em tudo, como é o caso da qualidade das águas, não monitorizamos todo o rio e nem todo o mar.

Também importa ainda referir que estarão em causa não só produtos fitofarmacêuticos, mas também metais pesados. Aliás, foi feito um estudo em Lisboa e em Braga, em colaboração com as universidades, onde se mostrou que todas as alfaces e os solos destas hortas urbanas estavam contaminados tanto por zinco, como por cádmio, por exemplo.



João Silva (CDU) – Em relação à compra e à aplicação de produtos fitofarmacêuticos a lei é muitíssimo clara, não o permite. Quando estamos a falar em acompanhamento deste tipo de talhões que são acompanhados por instituições, isso não é possível.

Outra questão é porque as pessoas estão a cultivar um conjunto de produtos hortícolas e outros, não vão colocar metais pesados nos solos. Os solos não aparecem por causa do cultivo ou da aplicação de fertilizantes. Santa paciência.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – Uma dúvida sobre esta recomendação a nível das análises periódicas. Sabemos que tinham que se dizer especificamente quais são as análises pretendidas e também que o caráter anual se torna subjetivo a nível dos metais pesados, porque uns são mais voláteis e outros são menos voláteis.

Com as análises anuais não quer dizer que fôssemos detetar metais pesados que em seis meses são voláteis e vão para zonas mais profundas do solo. Aqui ou discriminava-se o tipo de análises pretendidas e estreitava-se o aspeto consoante os metais que se quer determinar ou monitorizar ou então não faz qualquer tipo de sentido este tipo de análises.

Por outro lado, aqui o grau de toxicidade se me disserem que é para contaminação dos lençóis freáticos, ou das zonas de subsolo até poderia compreender, visto que o regulamento já não permite determinados produtos fitofármacos ou adubos que possam fazer este tipo de contaminações.

Não sei até que ponto o PAN quer chegar, mas se nos fizer o favor de esclarecer agradecia.

Jerónimo Lopes (CDU) – De facto esta proposta não tem o mínimo de sentido e só pode resultar de um desconhecimento muito grande do que é que se está aqui a tratar.

Para além daquilo que já foi referido em termos locais, nós estamos a falar de hortas muito pequenas que as pessoas utilizam para autoconsumo, para alimentar as suas famílias, onde, de facto, pretendem obter produtos que além de os ajudar do ponto de vista económico, não têm que os comprar. Produtos que sejam bons, com qualidade para alimentar os seus filhos, os seus netos e a eles próprios.

Estamos a falar de um conjunto de utentes que têm uma comissão que entre os próprios, para além do acompanhamento e da fiscalização e da monitorização relativamente ao que é utilizado, têm uma ligação muito próxima com os serviços da autarquia.

A generalidade destas hortas funciona junto aos viveiros da câmara, têm um acompanhamento no local dos técnicos da autarquia e que é, de facto, muito próximo com auxílio, com dicas, com verificação permanente daquilo que é feito.

Não tem qualquer sentido sequer a apresentação desta proposta e naturalmente que nós mantemos a posição que já foi referida.

Não havendo mais intervenções foi a recomendação reprovada com 31 votos contra, 20 da CDU, 9 do PS, 1 do CDS e 1 de AC, 6 abstenções, 4 do PPD/PSD e 2 do BE, e 1 voto a favor do PAN.

Presidente da Mesa – Foi distribuído o seguinte voto de pesar pela morte do último rinoceronte-branco-do norte macho Sudan, apresentado pelo PAN, conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata:

“Voto de pesar

Pela morte do último rinoceronte-branco-do-norte macho Sudan

Sudan, o último rinoceronte-branco-do-norte (Ceratotherium simum cottoni) macho, morreu no passado dia 19 de março, aos 45 anos, o que levou à declaração oficial de extinção desta espécie na Terra. Pouco antes da morte de Sudan, especialistas recolheram material genético do animal para eventualmente ser usado no futuro em tentativas controladas de reprodução em laboratório desta espécie, da qual apenas restam as fêmeas Najin e Fatu, filha e neta de Sudan, respetivamente. Segundo Richard Vigne, responsável da OI Pejeta Conservancy, do Quênia, à guarda da qual se encontrava Sudan, “ele foi um grande embaixador da sua espécie e será recordado pelo trabalho que fez para suscitar uma consciência global para a situação não só dos rinocerontes, mas de muitos milhares de outras espécies em risco de extinção como resultado de uma atividade humana insustentável”. Em suma, esta é uma notícia triste para todos os que se preocupam com a vida, o ambiente e a biodiversidade.

Assim, a Representação Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Setúbal reunida em sessão extraordinária a 27 de março de 2018 delibere:

- 1. Manifestar o seu pesar pela morte de Sudan, o último rinoceronte-branco-do-norte macho e conseqüente extinção desta espécie.*
- 2. Solicitar à Câmara Municipal de Setúbal a divulgação deste voto de pesar pelas escolas do concelho, como forma de alertar os mais jovens para a importância da preservação da biodiversidade.”*

Afonso Luz (CDU) – Relativamente a este documento, em primeiro lugar referir ou lamentar a forma como ele é apresentado, porque a aplicar-se a isto um voto de pesar, parece-nos demasiado, se fosse transformado em moção ainda admitiríamos que o documento pudesse ser apresentado. Como voto de pesar, corre-se o risco de banalizar aqui este instrumento e abre-se até um precedente, não sei se a partir de agora o PAN pode garantir que nos vai aqui apresentar votos de pesar pelo falecimento do último exemplar de cada uma das espécies que vão desaparecendo no nosso planeta.

Isto é sobre a forma, mas quanto ao conteúdo, queria aproveitar para dizer que é um conteúdo muito redutor.

O mais longe que este documento vai é na lamentação pelo falecimento do animal e na referência de que é resultado de uma atividade humana insustentável. Não há aqui o apontar o dedo a nada.

Nada é dito sobre as causas e os interesses que estão por detrás e que conduzem ao desaparecimento em massa de inúmeras espécies. Também nada é dito sobre o sistema social, económico e político que nos domina e que está por detrás deste e de muitos outros problemas do planeta. Também nada é dito sobre o sistema que está implementado de modelos de produção e de consumo que estão na base dessa tal atividade humana e sustentável.

Julgamos também que um voto desta natureza, podia ir um bocado mais além e se calhar aproveitar para reprovar a recente aprovação pela União Europeia da fusão entre a Bayer e a Monsanto dando luz verde à criação de um ainda maior monstro das indústrias agroquímica e farmacêutica, responsáveis pelo desaparecimento acelerado de muitas espécies animais e vegetais pondo em causa a diversidade e destruindo muitas pequenas e médias explorações agrícolas, atirando-as para os braços das grandes corporações multinacionais.

Tanto este tipo de documentos que nos é apresentado tem uma posição, quanto a mim, perfeitamente inócua e que nos leva a discordar profundamente do conteúdo, mas obviamente lamentando profundamente o desaparecimento de mais uma espécie animal.

Ausentou-se da sala de sessões a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, Celestina Neves.

Não havendo mais intervenções foi o voto de pesar reprovado com 21 votos contra, 20 da CDU e 1 do CDS-PP, 15 abstenções, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 2 do BE, e 1 voto a favor do PAN.

Afonso Luz (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Só para referir que a bancada da CDU votou contra, não porque, de facto, não lamentemos o desaparecimento desta espécie de rinoceronte, mas por aquilo que referi na minha intervenção, a forma como foi apresentado e a forma redutora também do conteúdo do documento.”*

Entrou na sala de sessões a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, Celestina Neves.

III – PERÍODO DESTINADO A INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos quatro pedidos de intervenção do público, (conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 30 a 33).

Dava a palavra ao primeiro senhor que se inscreveu, que é a senhora Maria Pilar Maia Mendes.

Maria Mendes – Estava a viver numa casa que não era minha, era do banco, mas a câmara sabia de tudo.

Foram lá uns senhores da polícia e uns senhores do banco e tiraram-me de lá. Agora estou a viver na rua, o meu filho, a minha nora e a minha neta estão a dormir nas escadas. Tenho testemunhas.

O meu pai levou-me a mim e à minha neta para não estarmos na rua.

Pedia aos senhores vereadores e ao Sr. Presidente que resolvesse o meu problema, porque preciso muito, por favor.

Estou há 18 anos inscrita na câmara, resolvam o meu problema, por favor.

Se quiserem podem ir lá ver, tenho tudo à porta, metade joguei fora, eram coisas velhas, as vizinhas queriam todas vir comigo à câmara e eu disse que não era preciso que vinha sozinha tentar resolver.

Não posso viver assim, tenho o meu filho, a minha nora e a minha netinha. Sou mãe solteira, como é que faço? Peço que me ajudem.

Rui Amaro – Regresso aqui a esta Assembleia Municipal para voltar a falar da Azinhaga dos Espanhóis, que continua a ser ainda uma chaga ambiental.

Faz muito tempo, muitos meses já decorridos e o senhor vereador Carlos Rabaçal tem ainda por cumprir uma promessa eleitoral relativamente à Azinhaga dos Espanhóis.

Promessas leva-as o vento e depois desse encontro do dia 7 de maio de 2017, fez no passado dia 7 de março 9 meses, bem se pode dizer que esta promessa de tão antiga, já tinha tido tempo, mais do que suficiente, para nascer, passados que são 9 meses, se o senhor vereador tivesse o mínimo de vontade em resolver este problema que é mais do que urgente a requalificação da Azinhaga dos Espanhóis.

De salientar que a funesta e inoperante maioria que o PCP há tantos anos detém na Câmara de Setúbal, maioria essa agora tão confortavelmente reforçada com as eleições municipais de um de outubro passado, nada tem feito por esta zona da cidade.

Aqui onde me encontro ou onde eu resido, já que as traseiras do prédio em que resido avistam a maravilhosa paisagem bucólica da Azinhaga dos Espanhóis, nunca nada foi feito pelos munícipes desta área da cidade.

Do que é que a câmara e o Sr. Vereador Carlos Rabaçal estão à espera para resolver um dos vários cancro da cidade que há tanto tempo se encontra por qualificar?

Aliás, verifico que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal não está aqui presente esta noite.

Quererá o executivo camarário insistir e persistir em fazer da Azinhaga dos Espanhóis uma espécie de Quinta Pedagógica? Galos, patos, gatos, ratos, moscas, formigas, baratas e mosquitos já aqui existem, mas para efetivamente se poder classificar como Quinta Pedagógica faltam ainda cumprir muitas outras exigências, bem como ainda povoar esta mesma quinta de muitos outros géneros e espécies de bicharada, seja ela fedorenta ou nem por isso.

Não deixo, no entanto, de o convidar a si e ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal, esta noite ausente, e a todo o executivo municipal setubalense, uma vez mais, a virem visitar esta peculiar e pitoresca Azinhaga dos Espanhóis, que não deixa, apesar de tudo, de ter também os seus defeitos e particularidades inerentes a uma vasta área da cidade que jamais mereceu por parte dos executivos, desde há tantos e longos anos, liderados e igualmente por vastas e maçadoras maiorias do PCP barra CDU.

Esperança da Conceição – Estou a precisar de uma habitação, mas quando vou lá mandam-me esperar. Há 20 anos que estou à espera de uma casa, tenho um filho com epilepsia, muito doente e que toma medicação, ele precisa de descansar e não tenho casa para viver, estou a dormir em casa de família.

Jonas Bonaparte – Venho falar aqui de uma situação, que se calhar, a muitos dos partidos acaba por ser um pouco irrelevante.

Eu sou detentor, quase há cinco anos, de um cão de grande porte. Todos os dias vou com ele a um parque e penso qual é o dia que vai correr mal, porque o meu cão precisa de fazer exercício físico, e vou para um jardim público onde estão crianças, onde o meu cão, por muito que eu gosto dele, pode atacar uma pessoa ou pode fugir para o meio da estrada.

Por exemplo, no Parque do Bonfim não tenho um sítio onde possa levar o meu animal a fazer as necessidades, e por muito que apanhe as necessidades, vão lá sempre ficar restos.

Em 2014 decidi avançar com um projeto no Jardim de Vanicelos, requalificar um edifício que lá estava para a criação de um parque para cães com café. Inclusive tive alguma ajuda aqui da Junta de Freguesia de São Sebastião, em que a 17 de fevereiro de 2014 mandei um e-mail e que ainda estou à espera da resposta.

Em 2015 mandei um e-mail para a Sra. Presidente, a 10 de dezembro, e continuo também à espera de resposta.

Não consigo deveras entender a postura da câmara em relação a esta situação, com todo o respeito. São quatro mil cães ou melhor são quatro mil detentores de cães que todos os anos pagam uma taxa às juntas de freguesia. Pelo que li no jornal “O Setubalense” são cerca de quatro mil e poucos cães a 6,5€ dá cerca de 26 mil euros. Um parque para cães como deve ser custa um pouco menos.

Gostaria que o resto dos partidos também, pelo menos, pudessem comentar.



Ultimamente, como um dono consciente, tenho de ir para o Novotel em Setúbal, onde tenho boas relações, para largar o meu animal, porque não me sinto à vontade num parque público, que não é um sítio para levar um cão.

Nuno Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – Muito rapidamente dar aqui uma nota de que relativamente a esta questão colocada pelo cidadão Jonas Bonaparte, nós encaminhamos este assunto para a Câmara Municipal, uma vez que o Parque de Vanicelos não faz parte do território da Freguesia de São Sebastião.

Quanto à questão colocada pelo anterior município, dizer que, de facto, estão a acontecer desenvolvimentos relativamente ao espaço em questão, o senhor sabe, mas cada vez que intervém também faz questão de dizer que nada sabe.

Dizer que a câmara tem desenvolvido algumas matérias relativamente a esta questão, fez-se um projeto para o local, fez-se já algumas intervenções, naturalmente que não são suficientemente, ninguém está a dizer isso, Roma e Pavia não se fizeram num dia.

A própria Junta de Freguesia também já fez lá algumas intervenções, já construiu um passeio na Rua Camilo Castelo Branco, etc...

São questões que estão naturalmente em desenvolvimento, são questões muito complexas, até porque envolve um conjunto de proprietários que nós gostaríamos de contar com eles para que aquele espaço da Azinhaga dos Espanhóis pudesse tomar outra forma.

Hoje sabemos com o desenvolvimento do projeto e dos contactos que foram feitos, que não é possível, eles não estão disponíveis para isso. Foram feitas notificações para algumas demolições, algumas já aconteceram, e foram contactados também alguns proprietários. Portanto alguns processos de demolição estão a decorrer, foram notificados, contestaram e tanto quanto é do conhecimento da Junta de Freguesia de São Sebastião o processo está a acontecer. Está programada para breve uma reunião, uma segunda reunião, aliás fez-se uma visita ao local onde esteve presente o cidadão que falou, fez-se uma reunião com a população, infelizmente não apareceu muita gente, na Escola D. João II para fazer a apresentação do projeto.

Após as questões colocadas pelos diversos municípios, os serviços da câmara elaboraram um projeto e fez-se a apresentação na Escola D. João II. Vai-se fazer uma segunda reunião a dar conta efetivamente de alguns desenvolvimentos e o que não é possível fazer, porque não se pode contar com os privados, mas o que vai ser possível fazer naquilo que é espaço público.

Claro que há coisas que as pessoas que vivem lá se estão a aperceber, é fácil perceber que houve demolições, é fácil perceber que se construiu um passeio, é fácil perceber que foi colocado algum betuminoso ali junto ao prédio, é fácil perceber alguns desenvolvimentos, mas ainda assim vai ser realizada, tanto quanto sei, porque reuni com o Vereador Carlos Rabaçal há pouco tempo em que estivemos a planear, para se dar conta de algumas destas matérias.

João Viegas (CDS-PP) – Em primeiro lugar é um dever também dos membros desta assembleia e perante as perguntas do público darem algumas respostas dentro daquilo que é possível ou pelo menos demonstrarem o que também são as suas preocupações.

Em relação à Dona Maria Pilar e à Dona Conceição, como é óbvio, neste assunto em específico é difícil para nós, enquanto membros desta Assembleia Municipal podermos responder e espero que os vossos processos estejam a ser acompanhados pelos serviços da Câmara Municipal.

Em relação às outras questões que foram colocadas, como a do Sr. Jonas Bonaparte, em primeiro lugar fazer um esclarecimento que os 26 mil euros de receita são obtidos nas várias

freguesias, por outro lado também não me parece que a existência de um parque só no Jardim de Vanicelos corresponda às expectativas de todos as pessoas que têm animais.

De qualquer forma é uma situação preocupante, deve ser resolvida e podemos encontrar formas de a resolver.

Da parte do CDS, por exemplo, posso fazer uma sugestão para uma das propostas que apresentámos na União de Freguesias de Setúbal onde temos representantes e onde já colocámos a pergunta ao executivo na própria Assembleia de Freguesia em relação ao espaço existente no Jardim de Vanicelos e o estado de conservação em que aquele espaço se encontra e essa é uma preocupação que temos demonstrado.

Relativamente ao acompanhamento que pode ser feito, sugerimos na Junta de Freguesia e ao executivo que, por exemplo, desta receita que é obtida com o licenciamento dos canídeos e gatídeos, parte dela possa ser, através de protocolos com instituições ligadas aos animais, e que em parceria se possam desenvolver algumas ações em concreto.

Senhor Rui Grave Amaro, o projeto “Ouvir a população, construir o futuro” tem sido um pouco isto, não só neste caso em concreto da Azinhaga dos Espanhóis, mas em muitos outros. Há muitas sessões públicas, há muitas apresentações com um ano ou dois anos de antecedência e depois na prática e no terreno, os anúncios que são feitos depois não correspondem ao andamento de muitas das obras. Em muitos casos não nos apercebemos em concreto que a Câmara Municipal esteja a desenvolver aquilo que aqui o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião disse e é legítimo que o faça.

Acompanhamos também, como é óbvio, porque esta é uma zona da cidade que deverá ser requalificada.

Vítor Rosa (BE) – Obviamente que a preocupação do Bloco de Esquerda em relação a estas questões sociais da falta de habitação e pensamos que ela irá merecer da parte do executivo e dos diversos serviços de apoio sociais todo o acompanhamento de forma a tentar colmatar estas questões e a tentativa de resolução relativamente às questões aqui apresentadas.

Quanto às outras questões apresentadas, nomeadamente pelo Sr. Jonas Bonaparte, dizer que o Bloco de Esquerda em próxima Assembleia Municipal apresentará uma proposta de recomendação à câmara relativamente à questão dos parques para cães na cidade, obviamente cobrindo todas as freguesias, ou proposta para as freguesias, uma vez que já na anterior Assembleia Municipal também veio aqui um outro cidadão levantar a mesma questão. Julgo que deveria merecer a atenção quer de todos nós e, em particular, aqui do executivo relativamente a esta matéria. Nesse sentido em próxima sessão municipal apresentaremos uma proposta sobre esta questão.

Como disse o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Roma e Pavia não se fez só num dia, mas o problema da Azinhaga dos Espanhóis tende a perdurar e nem sempre se consegue dar uma resposta e é óbvio que os cidadãos se sentindo prejudicados ou de alguma forma tendo um problema à porta que tenham toda a legitimidade para trazer novamente aqui este problema que consecutivamente e com alguma regularidade, ele chega a esta assembleia.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Gostaria de dizer também, ao Sr. Jonas Bonaparte, que trouxe aqui esta questão, que infelizmente o proprietário ou os proprietários destes animais cumprem uma ilegalidade perante os regulamentos camarários ao levarem os animais para os jardins. O regulamento camarário que ninguém está a fazer cumprir, mas que está em vigor, diz que os animais não podem estar nos parques que são frequentados pelas pessoas.

Já cá estive na anterior sessão da Assembleia Municipal, um outro cidadão que falou do mesmo, penso que isto é um caso que deverá ser resolvido, julgo que todos estão de acordo



que deverá, porque as pessoas têm que ter o direito de utilizar e de estar com os animais para que os possam soltar em espaços que a lei nacional já prevê que sejam também efetivamente construídos pelas Câmaras Municipais.

Julgo que isto deverá ser resolvido e tendo sido dito pelo Bloco de Esquerda, que fiquei aqui a saber agora como todos, que trará uma proposta nesse sentido, com certeza que irá merecer a melhor atenção de todos os deputados e julgo que deverá ser até aprovada.

Manuel Esteves (PS) – A bancada do Partido Socialista quer estar solidária com todos os munícipes que vêm aqui representar as suas reclamações.

Algumas já conhecidas ao longo do tempo como é o caso da Azinhaga dos Espanhóis, assim como o caso dos animais que também merecem o seu espaço para que os donos possam ir com eles passear e fazerem as suas necessidades.

Realço mais a necessidade de as pessoas que precisam realmente de ter essa atenção, em particular do executivo, para a falta de um telhado para elas se cobrirem do mau tempo, do bom tempo e para darem a sua educação aos seus filhos, aos seus netos e às suas gentes. Podem contar que o PS não vai esquecer, com certeza, a falta do vosso lar.

João Luz (CDU) – Em relação às intervenções do público e em relação à questão da habitação com as preocupações que ela traduz e os problemas sociais que revela, nós iremos acompanhar e certos de que o próprio executivo municipal e a câmara no seu conjunto estarão atentos a estes problemas.

Relativamente à Azinhaga dos Espanhóis, foi dado aqui um conjunto de informações por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, meu camarada Nuno Costa, e assumo essas informações.

Em relação à questão dos animais de companhia, neste caso dos cães, há, de facto, um conjunto de situações em concreto que importava analisarmos e olharmos, designadamente no que diz respeito à quantidade de cães sem trela e que se passeiam no espaço público violando as normas regulamentares, como o conjunto de canídeos que não estão registados nas Juntas de Freguesia, o conjunto de cães potencialmente perigosos que continuam a não cumprir a lei, com os donos a não terem a formação devida com o passeio desses animais, algumas vezes sem trela, outras vezes sem açaimo. Enfim, situações que se continuam a verificar na prática, bem como a questão dos dejetos que continua a ser uma preocupação grande no conjunto da cidade.

Parece que temos aqui matérias que importava apreciarmos, há também matérias que julgo que são de sensibilização e há um conjunto de decisões que são individuais e que são da liberdade individual de cada um e que tem a ver sobretudo com a questão que foi aqui mencionada, a questão do grande porte dos animais. Também é preciso que quem adota ou quem adquire um cão destas dimensões tenha à partida consciência das dificuldades e dos problemas de não ter um espaço adequado para tal e das questões que isso coloca no espaço público.

Julgo que há um conjunto de trabalho, quer do ponto de vista da câmara, quer do ponto de vista das freguesias, que articulado entre todos pode ser uma área interessante de trabalho para ajudarmos a resolver algumas destas questões.

Suzel Costa (PAN) – Não concordo de todo com o Sr. Deputado João Luz, mas depois lá fora, talvez, possamos falar sobre isso.

Muitas vezes adota-se um cão de porte pequeno, porque ainda é bebé e ele cresce. O facto de ser de porte grande e depois o abandonar vai, mais uma vez, favorecer o problema dos animais errantes nesta cidade.

Respondendo ao Sr. Jonas Bonaparte, o número 4, do artigo 7, do Decreto-lei 314/2003, de 17 de dezembro, estabelece que compete às Câmaras Municipais, no âmbito das suas competências, poderem criar zonas ou locais próprios para a permanência e circulação de cães e gatos, estabelecendo as condições em que eles podem circular sem os meios de contenção, coleira ou peitoral. Estima-se que cerca de 56% dos lares portugueses têm um animal de estimação.

Ouvem-se críticas, como aqui foi dito, que os cães andam soltos sem trela nos jardins e os tutores são sujeitos a multas. É verdade. Mas, infelizmente, apenas uma percentagem reduzida da população tem um jardim, portanto têm de os passear em algum lado para que eles expressem os seus comportamentos naturais.

Esperemos que o executivo camarário tenha uma posição de abertura perante este problema, até porque o Francisco esteve cá na sessão anterior e, portanto, estamos à espera de um avanço, de um salto civilizacional, pelo menos com o projeto piloto. Por parte do PAN também estamos a fazer, entretanto uma recomendação, mas como o PAN, como o próprio nome indica, não se preocupa apenas com os animais.

PAN é pessoas, animais e natureza e neste sentido e uma vez que o direito à habitação é uma aspiração de todos os seres vivos, solidariza-se com as aspirações também da Sra. Pilar e da Sra. Esperança e tudo também fará para que esse problema seja solucionado.

Vice-presidente da Câmara – Esta é uma sessão da Assembleia Municipal, mas como é também habitual a maior parte das interpelações do público são dirigidas ao executivo da Câmara Municipal, só por isso é que pedi a intervenção.

Quanto à habitação, é verdade que há um sério problema há várias décadas de falta de casas para satisfazer as necessidades de uma boa parte da população que não tem condições de habitação condigna.

As pessoas têm que perceber também que as Câmaras Municipais não são elas sozinhas que conseguem fazer as casas necessárias e suficientes para toda a população. Parece que, finalmente, com as discussões que se estão a fazer em relação ao próximo programa de apoio comunitário, a habitação volta a ser prioridade e hoje o que está em cima da mesa é voltar a ter construção de habitação pública ou municipal. As câmaras de certeza que não se vão escusar a participar nesses programas para construir novas casas para satisfazer as necessidades.

Aqui em Setúbal temos muitas pessoas em espera há muitos anos, mas há décadas que não se faz uma casa para habitação social. Essa é que é a realidade e isso tem que ser feito conjuntamente.

Agora espero que com a preocupação do Sr. Manuel Esteves sobre as casas, o PS não se esqueça do Sr. Manuel Esteves como militante e que não se esqueça do PS como Governo, porque várias vezes foi Governo e esqueceu o problema da construção de habitação social e esperamos que agora com um empurrãozinho da geringonça talvez não esqueça. Esperemos bem que não.

Quanto ao Sr. Jonas Bonaparte faço lembrar que em Setúbal, por acaso até existe um espaço vedado para passeio dos animais.

Já me quer interromper? Comecei a frase agora, veja lá.

Já tive um Serra da Estrela e na altura era maior que o meu filho.

Em Setúbal há no Jardim de Vanicelos uma zona vedada para cães. É uma zona com algum espaço. Teoricamente aquilo foi feito para que fosse WC dos cães, é evidente que nenhum cão vai esperar para fazer as suas necessidades quando chegar à vedação, ninguém está a educar os seus cães para esperarem até lá chegarem.

Aquilo é um espaço muito restrito e sei bem, porque frequento a zona e sei perfeitamente que é muito restrito e com pouca utilização, mas quem quer pôr o seu cão a correr sem trela vai lá. É um problema que não é muito difícil de resolver, o que não se pode é esperar que a Administração Pública resolva tudo, só porque alguém lhe apetece ter um animal de grande porte em apartamentos de 2.º, 3.º, 4.º ou 5.º andar, que até mete impressão. Mas se alguém se acha no direito de ser detentor de um animal de grande porte também se deve achar no dever de lhe assegurar previamente as condições para ele ter uma vida normal e saudável.

Agora adquirirem um animal de grande porte e depois chegam a uma Câmara Municipal e exigem que arranje um parque.

Se calhar a questão das prioridades e das necessidades a satisfazer antes dessas colocam-se nessa altura. Não será muito difícil de resolver, até por freguesias há vários parques. Há uma grande utilização até mesmo contra a lei.

Quem quiser ver o que se passa no Jardim de Vanicelos verifica que há um espaço para passear os animais, cães e gatos.

No Jardim da Bela Vista a mesma coisa, na Algodeia acontece menos, mas também acontece. Há vários espaços e não é muito difícil de resolver, ter quatro ou cinco parques no município, na zona da cidade onde estão as pessoas com os animais em andares.

Eu não tenho também muitas dúvidas, construído esse parque, a sua solução vai ser semelhante aquela que está no Parque de Vanicelos, fazendo uma vedação mais alta e depois quero ver se o senhor lá vai passear o seu cão, espero que sim!

A questão que falta aqui é a do salto civilizacional, que se calhar tem que ver com algumas conceções que vamos ter que afinar.

A Câmara Municipal pode, se calhar, em colaboração com as juntas ou diretamente arranjar alguns destes espaços, mas não está convencida que isso assegure um salto civilizacional para gerar alguns espaços para os cães andarem a passear.

Salto civilizacional é quando os humanos, os cidadãos tiverem um comportamento civicamente correto e que saibam assumir as responsabilidades para com os animais que têm e para que o espaço público não fique prejudicado e sujo quando passeiam os seus animais.

Presidente da Mesa – Queria agradecer a todos os munícipes que vieram aqui à reunião da assembleia para apresentarem as questões que entendem ser pertinentes para tratar neste espaço público em conjunto com a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. No entanto como sabem temos tempos limitados e por isso têm sempre oportunidade, quando terminar a reunião, de falar com quem entenderem.



IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 80/18 – Proposta n.º 22/2018 – DAFRH – Contratação de empréstimo para financiamento de despesas de investimento – 2017 | Adenda

Antonieta Saragoça (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças verificou a necessidade de adaptar a ata à situação levantada, pela não tomada de posse da Senhora Silvana Paulino do Bloco de Esquerda, pelo que irei referir a votação e o parecer, não referindo o voto do Bloco de Esquerda.

Relativamente a esta deliberação a comissão emitiu parecer favorável por maioria com 5 votos a favor da CDU e 3 votos contra do PS e do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Presidente da Mesa – Reafirmar que essa ata deverá ser alterada de acordo com aquilo que já anunciei, em não constar a participação da senhora Silvana Paulino, do Bloco de Esquerda.

Manuel Fernandes (PS) – Relativamente a esta proposta, a bancada do Partido Socialista irá votar contra, partindo do pressuposto que tivemos por base aquilo que já foi conhecido de toda esta assembleia, aquando do pedido de empréstimo para saneamento financeiro da autarquia, em que parte da argumentação do próprio Tribunal de Contas referia: “*O pedido de empréstimo não poderia onerar as gerações futuras, tendo em conta aquilo que já era o estado financeiro da autarquia*”. Foi assumido pelo Senhor Vice-presidente aqui presente e pelas técnicas que estiveram na Comissão de Economia, Administração e Finanças, que parte deste investimento serviria para financiar três tipos de obras que ainda estariam por iniciar, obras que estavam indiciadas, mas que estavam suspensas e obras que já tinham sido terminadas, mas faltavam pagar. A bancada do Partido Socialista entende que é uma política de gestão que não revela prudência, não revela o melhor sentido da gestão das contas públicas, tendo em conta que ainda antes de saber se estaria financiamento aprovado ou se existir dinheiro nos cofres da câmara para poder financiar estas obras (sabe-se lá se parte delas estavam já preparadas para ser efetuadas em ano de eleições ou pura coincidência) que ocorreram em ano de eleições, que ao abrigo deste pedido de empréstimo servirá para pagar essas obras. A bancada do Partido Socialista não acompanha este tipo de política, não acompanha esta gestão financeira da autarquia, que é contrária àquilo que nós defendemos, como tal votaremos contra.

João Viegas (CDS-PP) – Este é sem dúvida um dos cheques que os setubalenses têm de pagar pelas últimas eleições autárquicas, porque ao longo de muitos meses estas obras foram por diversas vezes anunciadas e publicitadas. Vemos intervenções básicas, intervenções do dia-a-dia da gestão de qualquer autarquia, que se tenha que recorrer mais uma vez a um pedido de empréstimo, para fazer face a estas despesas, como é a título de exemplo a remodelação da rotunda do Alegro, que após consulta no “site”, onde estão publicitadas estas adjudicações, percebemos que foi contratualizada no dia 20/4, por 54.578,00€, mais IVA, mas na realidade consta no total da despesa 51.765,00€. Este é um dos exemplos, mas será que temos mais casos como este? Qual é a justificação para esta diferença de valores, entre aquilo que foi uma adjudicação que está publicada e o que consta nesta relação de despesa?

Desde o dia 20/4, não sei exatamente precisar quando é que foi concluída a obra, mas sei que os fornecedores estão à espera deste pagamento, praticamente há um ano. Era importante clarificar.



Afonso Luz (CDU) – Relativamente a esta proposta e à próxima que também envolve financiamento queria referir o seguinte. Esta é precisamente uma boa prática de gestão, que tem a ver com o financiar de investimentos, através de instrumentos de médio e longo prazo, adaptados ou ajustados ao tempo de vida útil esperado. É uma regra básica de gestão. Lembrar que foi precisamente por não se ter cumprido esta boa prática de gestão que esta câmara, há uns anos atrás se viu afundada e ainda não se libertou desse peso de dívidas de curto prazo, que levaram ao Contrato de Reequilíbrio Financeiro. Estes empréstimos são devidamente ajustados ao tempo de vida útil esperado e o facto de irem repercutir-se em anos futuros, já para além do mandato presente, não é de qualquer forma penalizador da vida da autarquia, antes pelo contrário, quem vier a seguir sabe exatamente os prazos e os valores que têm que cumprir, ou cairá menos facilmente em situações de desequilíbrio financeiro.

Não havendo mais intervenções foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 20 da CDU e 1 de AC, 14 votos contra, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, e 3 abstenções, 2 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

2. Deliberação n.º 81/18 – Proposta n.º 23/2018 – DAFRH – Empréstimo referente a projetos cofinanciados pelo PORTUGAL 2020 – Adjudicação

Antonieta Saragoça (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria com 7 votos a favor da CDU e PS e 1 abstenção do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 de AC, 1 voto contra do CDS-PP e 4 abstenções do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

3. Deliberação n.º 82/18 – Proposta n.º 07/2018 – DURB/DIPU/GAPU – Estabelecimento de Medidas Preventivas para a Frente Ribeirinha, no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal – União de Freguesias de Setúbal

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e 4 abstenções, 2 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Manuel Fernandes (PS) – A bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente, tendo em conta aquilo que foi o parecer técnico emitido pelas diversas entidades que reuniram na comissão. No entanto deixamos uma dúvida relativamente ao ponto de situação. Qual é a expectativa de investimentos para aquela zona? Qual o ponto de situação em termos de projetos previstos para aquela zona da frente ribeirinha? Tendo em conta que irá existir temporariamente uma suspensão, que tipo de garantias é que o executivo pode dar aos setubalenses, para que não existam abusos em termos de construção naquela zona? Uma vez



que estamos a falar de uma das zonas mais nobres da cidade, tendo em conta a suspensão do Plano Diretor e do Plano de Pormenor.

Vice-presidente da Câmara – Esta questão já foi tratada praticamente nos mesmos termos na reunião de câmara de quarta-feira passada e merece a mesma resposta.

O que mais interessa é esclarecer que tipo de instrumento é este que temos para aprovar. É o instrumento do planeamento que nos vai permitir concluir o PDM – Plano Diretor Municipal, o qual quem nos vai permitir fazer um Plano de Pormenor entre a Doca das Fontainhas e o Parque de Albarquel, sendo o próprio município a decidir que ocupação vai dar àquele território, o que significa que vai ser o município a planear e a decidir. Os investimentos não vão condicionar a câmara, mas sim a câmara é que vai condicionar os investimentos. Que investimentos estão previstos? Há muitas pretensões e muitos interesses e aqueles que forem concretizáveis, são aqueles que esta unidade de planeamento vai definir com a conclusão do PDM, que integra estas medidas preventivas. Estas medidas preventivas destinam-se a permitir que seja concluído finalmente a revisão do PDM. Há um prazo de dez meses, com a possibilidade de prorrogação por mais dez meses, no ponto em que está o PDM atualmente permite-nos dizer que estes dez meses vão ser suficientes para que seja feito o planeamento em pormenor daquela zona e para que seja concluído o PDM, que no próximo dia 3 de Abril vai ter uma sessão de apresentação para os eleitos e espera-se que todos os membros da Assembleia Municipal, bem como os membros do executivo compareçam para ver em que estado está o PDM, que julgamos irá chegar a bom termo. Só depois disso é que os investimentos são operacionáveis, todos os interesses à volta daquilo vão esbarrar com um instrumento de planeamento, que é um bloqueio à especulação. Para já isto vai congelar as intervenções naquela zona para se poder, sem constrangimentos, fazer o planeamento que o município entende. Isto responde à velha questão: “*O que é que a Macau Legend vai aqui fazer?*”. Há aquela pergunta tal como fizeram na reunião de câmara anterior: “*Então e aquele projeto que foi apresentado nos jornais?*”. Não foi apresentado nenhum projeto. Uma projeção em 3 D, é ideia de uma ocupação de espaço que se pode ali ter, (porque é isso que consta no memorando de entendimento) em que o próprio município, com as regras de opção de gestão de planeamento urbano e as leis do Estado português poderá definir o tipo de investimento. O município sempre colocou como prioritária e ancora de tudo o resto, a construção da marina. Foi isso que a câmara acordou com a entidade que pode lançar o concurso da marina, que é a APSS, que neste momento está a elaborar um concurso internacional para a adjudicação da referida marina.

Este é o ponto de partida daquilo que nós sabemos a priori, do que vai ali existir, da unidade de planeamento que está a ser feita para aquela zona, que é a marina, o resto vai ser definido pela própria câmara.

Na realidade trata-se de um instrumento que permite à câmara optar pelos investimentos e pelo uso daquele solo, e não o investimento que vai determinar o planeamento.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do CDS-PP e 1 de AC e 3 abstenções, 2 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.



4. Deliberação n.º 68/18 – Proposta n.º 19/2018 – DAFRH – Regulamento da Taxa Municipal de Protecção Civil (RTMPC) – Revogação

Antonieta Saragoça (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

António Caracol (PS) – Seis anos depois de ter implementado, a Câmara vem pedir a anulação da Taxa de Protecção Civil. Seis anos depois de o PS ter votado contra o seu lançamento. Durante seis anos a Câmara cobrou ilegalmente alguns milhões de euros a empresas e cidadãos proprietários em Setúbal. Seis anos de ilegalidade a que o Tribunal Constitucional pôs fim. Há apenas alguns meses atrás, ainda antes da decisão do Tribunal alertei nesta Assembleia para essa possibilidade. Na altura a Câmara e não só a Câmara desprezou o alerta. Estavam confiantes na esperteza de uma artimanha jurídica. Conhecida a decisão, a Sra. Presidente teve de sacudir as culpas da asneira para os outros. É sempre assim. Seria mau demais acusar o Tribunal Constitucional e por isso culpou a Lei 53- E/2006. A ilegalidade é da Câmara, mas a culpa (segundo a Sra. Presidente) é de Sócrates – como convém. A verdade que a Câmara esconde, é que não é a Lei que é inconstitucional, mas sim a deliberação camarária sufragada pela CDU, na Assembleia de 07 de dezembro de 2011.

É falso que a Lei 53/2006 permitia criar impostos em Setúbal como em qualquer parte do país. Esta decisão veio provar a evidência, a Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, não está sempre certa como julga estar. Em parte alguma da Lei se diz que as Câmaras podem criar impostos, as Câmaras podem criar taxas e uma taxa implica a prestação individualizada de um serviço. E como é sabido, na aplicação desta Taxa de Protecção Civil não havia qualquer contraprestação individualizada e é por isso que era um imposto.

Na sessão de 23 de fevereiro passado, o Vice-Presidente Manuel Pisco lançou fumo sobre a questão, comparando a Taxa de Protecção Civil com a Taxa de Radiodifusão. Isto é comparar o incomparável.

O Sr. Vice-Presidente sabe que a chamada “taxa da televisão” é um terceiro tipo de tributo e trata-se de uma contribuição. De taxa apenas tem o nome. Na substância é uma contribuição específica cuja receita tem destinação para um serviço efetivamente fornecido, mas é uma figura afim do imposto e é por isso que foi criada por Lei.

Tome nota de que essa contribuição foi instituída pelo Decreto 41.484, de 30 de dezembro de 1957, que deu lugar à Lei n.º 389/76, de 24 de maio e alterada pela Lei n.º 30/2003, de 22 de agosto.

Como poderá ver, ao abrigo da Constituição de 76, a contribuição para o audiovisual, popularmente chamada de “taxa”, é lançada por Lei, porque os impostos e contribuições são criados por Lei. Por isso, o facto de tentar lançar confusão, para que a Câmara continue a fazer de Calimero – não cola!

Aliás, no que respeita a saber e a interpretar Leis, a câmara tem uma forma de estar indefinida. No caso da Taxa de Protecção Civil tem vindo a dizer que a Lei 53/2006 a levou ao engano, que a Lei de Sócrates foi uma armadilha, que a câmara não sabia que estava a cobrar uma taxa que era um imposto, que a Lei lhe permitia lançar a taxa, que afinal a Lei não era clara, mas quando se trata de IMI, a câmara nunca teve dúvidas, porque a câmara da Dr.ª Maria Dores Meira sabe, e sabe muito bem interpretar a Lei, ou pelo menos, da forma como lhe dá mais jeito. No caso da Taxa de Protecção Civil, alega que foi levada ao engano, para arrecadar uns milhões. No caso do IMI, contraventos e marés, nunca teve dúvidas, retirando excessivamente



verbas aos Setubalenses e Azeitonenses. Resumindo, desde que seja para extrair dinheiro aos munícipes, a câmara tem interpretações diferentes da Lei.

A Taxa de Proteção Civil vai deixar de ser cobrada. Este erro da câmara tem graves implicações e há perguntas que reitero e que têm de ter uma resposta urgente e efetiva.

- 1) Quando vai a câmara devolver o que tirou ilegalmente nestes seis anos?
- 2) Quanto apurou, exatamente, a câmara ter de devolver?
- 3) Por que razão não foram dadas instruções às Aguas do Sado para suspender a cobrança? Uma vez que esta cobra uma percentagem por este serviço que onera ainda mais o saldo final aquando a devolução.
- 4) O que é que câmara vai deixar de fazer por ter de devolver a taxa cobrada ilegalmente?
- 5) Qual é o impacto financeiro deste erro de 2011? É que a câmara além de ter de devolver, vai ver-se privada da receita que orçamentou.
- 6) Vai ou não a câmara propor um orçamento retificativo?

João Viegas (CDS-PP) – Em relação a esta matéria não consigo ter uma posição idêntica à do Partido Socialista.

Não deixa de ser verdade que a criação desta taxa municipal foi uma medida do Governo do Partido Socialista, um pouco como se costuma dizer, empurrar com a barriga e não saber muito bem o que fazer, principalmente os municípios que têm bombeiros sapadores ou bombeiros profissionais, deixando sempre na dúvida como é que se poderia financiar estas corporações. Também é verdade que nenhum partido político dos que estão aqui representados, alguma vez pediu a inconstitucionalidade desta taxa em Setúbal, na realidade deve-se a uma empresa que pediu para que o Tribunal Constitucional se pronunciasse sobre o mesmo. Vários municípios que implementaram esta Taxa Municipal de Proteção Civil que não era ilegal, caíram precisamente no mesmo erro, tornando-se inconstitucional para várias autarquias. Neste momento, para ser uma discussão séria, será um pouco na parte final da proposta, porque importa percebermos da parte do executivo da Câmara Municipal no sentido de nos esclarecer, de que forma pretende e qual o prazo em que pretende devolver às empresas deste concelho, os anos em que esteve a ser cobrada esta taxa.

Qual o prazo em que vai devolver?

Vai devolver esses valores com juros? É importante percebermos se esses valores terão ou não juros.

Penso que estes são, neste momento, os dados mais importantes.

João Luz (CDU) – Relativamente a esta questão e à proposta de revogação que acompanhamos, não deixamos de tecer alguns comentários e algumas interrogações.

A primeira interrogação prende-se com uma chamada de atenção, que reputo de importante, feita sobre a tentativa de elevarmos a discussão no quadro desta assembleia, a propósito de utilização da expressão “*dar o troco*”. Pergunto se para a bancada do Partido Socialista a expressão “*fazer de Calimero*” constitui uma forma de elevação da discussão política nesta assembleia, para “*saberemos com que linhas é que nos cosemos*”. Era importante percebermos quem são os nossos intervenientes e com quem é que estamos a discutir, porque tudo isso pode fazer depender o tipo de intervenção que aqui fazemos. Esperando que seja a primeira intervenção aquela que conta, tentarei não entrar por esse tipo de palavreado.

Quanto à questão “*do errar*”, nunca ouvi este executivo municipal, a Presidente da Câmara Municipal ou alguém desta bancada dizer que não erra. Erramos, temos muitos erros e só não erra quem não faz, para nós não é um problema admitir que erramos, mas é um problema que nos estejam a acusar de errar, quando não fomos nós que errámos. Nesta matéria tem-se



verificado que sucessivos governos incumprem as leis de financiamento das autarquias locais, criam taxas e taxinhas sucessivas, atirando para cima das autarquias os ónus dessas taxas e da cobrança das mesmas e depois aparecem aqueles que em Lisboa e na Assembleia da República as aprovam e depois vêm para as autarquias locais dizer: “*Ai, Deus que nos acuda, porque estes senhores estão a aplicar estas taxas*”.

Percebemos da sua intervenção, uma lógica que é a de que os impostos são formas de extorquir dinheiro. Para o Partido Socialista e para a bancada do PS, os impostos, as taxas não são formas de financiar o Estado e os serviços públicos, são formas de extorquir o dinheiro, foi a expressão que utilizou sistematicamente cada vez que se referiu a impostos. Relativamente a esta matéria, vamos mais longe. Se à bancada que teve dúvidas relativamente ao IMI, essa bancada fomos nós e o executivo municipal fomos nós, que sistematicamente questionámos sucessivos governos, sucessivas entidades sobre a possibilidade ou não de baixar as taxas mínimas. Os senhores nesta Assembleia Municipal é que nunca tiveram dúvidas! Essa questão não joga sequer com os factos, é pura mentira, porque fomos nós sistematicamente que interrogámos e dissemos que tínhamos dúvidas relativamente ao IMI, no entanto foram sempre os senhores que tiveram certezas e foram os donos da razão.

“*Não cola*” com a sua intervenção! Senhor deputado Manuel Fernandes converse com o seu colega do lado e explique-lhe se foi isso que aconteceu. Convém explicar porque, pelos vistos, há quem não saiba.

Há uma lógica interessante, o Partido Socialista nesta bancada e com esta intervenção, dá mostras de ser um partido muito atomizado, porque relativamente a outras autarquias onde o Partido Socialista implementou esta medida, não me recordo de ver nenhum dos seus elementos desta bancada dizer aquilo que os senhores aqui dizem ou noutros fóruns.

A intervenção que o deputado Caracol fez sobre esta matéria, é a mesma que o Partido Socialista usa relativamente à Taxa de Proteção Civil em Lisboa?

Estou a falar do “*extorquir*” durante anos, dinheiro a todas as pessoas, não era só às empresas e a quem tinha prédios devolutos. Se essa mesma intervenção e a caracterização que faz desta situação, culpabilizando a autarquia por um decreto-lei que foi aprovado pelo Governo, que fazem aqui em Setúbal é mesma que fazem em Lisboa?

Essa é a dúvida! Ainda não ouvi em lado nenhum criticarem a Câmara Municipal de Lisboa sobre esta matéria! Não ouvi dizer que erraram, dizer que são os culpados, que foram chamados à atenção, etc... Essa duplicidade de critérios é um exercício de demagogia do populismo, que caracteriza parte significativa do Partido Socialista nestas matérias em Setúbal.

O que os senhores aqui não trazem e que podiam trazer era a questão do financiamento das autarquias locais e de financiamento dos sistemas municipais de proteção civil. Sobre essa matéria ainda não ouvi falar o PS sobre o tipo de propostas, o que é que trazem para esta matéria e qual o contributo para esta discussão!

O próprio Governo já admitiu publicamente que vai voltar a incumprir a lei de financiamento das autarquias locais.

O Partido Socialista não tem nada a dizer sobre esta matéria?

Sobre a sua redução significativa da participação profissional das autarquias nos impostos cobrados pelo Estado?

Sobre esta matéria, o Partido Socialista em Setúbal não sabe, não conhece, passa-lhe ao lado!

Percebendo a vontade e o tipo de discussão que querem fazer, ela não corresponde à discussão que é necessário fazer em Setúbal, de como se financia um sistema municipal de proteção civil, como é que se financia um corpo municipal de Bombeiros Sapadores.

Estas são as questões de fundo que nós estamos interessados em fazer.



Mais do que saber se há um orçamento rectificativo ou não, aquilo que importa é saber como é que o município, no quadro do seu financiamento, garante operacionalidade e a funcionalidade do sistema municipal de proteção civil. Mais uma vez sobre estas matérias, o Partido Socialista aqui nada diz.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Estamos perante um facto, o acórdão do Tribunal Constitucional. Relembro que o PSD, na última Assembleia Municipal, apresentou uma recomendação relativamente a uma proposta que recomendava que as devoluções dos valores recebidos pela Câmara Municipal fossem devolvidas aos respetivos contribuintes, numa determinada forma. Essa recomendação foi chumbada pela maioria CDU e Azeitão no Coração.

Gostaria de saber exatamente em que termos é que estas verbas vão ser devolvidas, em que prazos e de que forma?

Para quando um orçamento rectificativo que acautele esta alteração?

Estamos a falar de valores que são relativamente importantes e que têm impacto naquilo que foi o orçamento aprovado para este ano.

António Caracol (PS) – Só uma clarificação, porque estão a dizer coisas que não disse. “*Extorquir*” foi uma palavra que nunca usei durante a minha intervenção de hoje, não sei porque é que a foi buscar?

Talvez deva estar habituado a esse tipo de linguagem, na realidade eu disse “*extrair*”, são coisas diferentes Sr. deputado João Luz. Não uso esse tipo de linguagem!

Vice-Presidente da Câmara – Se fosse de um deputado do PSD ou do CDS que ouvíssemos a intervenção feita pelo senhor deputado António Caracol nada nos admirava e era natural! Vinda do senhor deputado António Caracol que se dá ao trabalho de construir um razoável argumentativo de aparência jurídica, para fazer querer aquilo que estava a dizer. Atirando uma data de pedras para os telhados de Setúbal, esquecendo-se dos telhados de vidro da câmara de Lisboa. Até parece que Lisboa não existe e que não é o principal beneficiário do financiamento com este sistema, que o Governo do Partido Socialista congeminou! As receitas de jogo e as receitas de seguro que apoiava financeiramente as companhias dos bombeiros e a proteção civil foram retiradas, segundo o senhor Secretário de Estado, que criou esta solução. Cria-se uma lei, que diz que os municípios podem aplicar uma Taxa Municipal de Proteção Civil em geral e é nesse quadro legal, de onde decorrem todos os regulamentos municipais, que criaram a Taxa de Proteção Civil. Houve uma asneira “*legal*”, que não foi dos municípios, porque não legislam, quem legisla são os Governos e a Assembleia da República e neste caso foi um Governo do Partido Socialista que fez mal ter retirado financiamento às companhias de bombeiros e à proteção civil, de ainda não ter repostos e não ter ainda encontrado uma solução. O senhor deputado não está nada preocupado com isso, mas está preocupado que a Câmara de Setúbal fez uma ilegalidade que o Tribunal Constitucional veio reconhecer. Trata-se de uma ilegalidade trinta vezes inferiores à ilegalidade cometida na Câmara de Lisboa. Ao primeiro acórdão a Câmara de Setúbal diz: “*Esta taxa vai ser abolida e devolvemos*”.

Não somos obrigados ainda a fazê-lo! Sabia?

Em Lisboa os três acórdãos transitaram e a decisão do Tribunal Constitucional para Lisboa tem força obrigatória geral. Em Setúbal é o primeiro acórdão.

Quem induziu esta asneira foi o seu Governo Socialista senhor deputado, em vez de ser o atirador de pedras deve guardá-las para construir uma solução de financiamento à proteção civil, que o país tanto precisa!

Vamos lançar outra vez o “suspeitismo”?



A câmara vai devolver? Não, fica com o dinheiro e não cumpre!

Se a câmara reconhece que recebeu ilegítimamente, porque a lei estava malfeita, naturalmente que devolverá o dinheiro. Se isto é um imposto não é uma taxa conforme diz o Tribunal Constitucional, certamente que sim, mas é muito menos inconstitucional de que em Lisboa, que a todos os consumidores de água foi aplicada esta taxa.

Sabe a quantos foi em Setúbal senhor deputado? Foi em função do risco induzido para a segurança coletiva. Sabe disso, não sabe?

Não foi indistintamente a todas as pessoas, não foi a si enquanto consumidor de água! Não lhe foi cobrada essa taxa, pois não?

Mas se tiver algum estabelecimento industrial ou comercial que seja de risco coletivo, provavelmente terá sido taxado.

Sabe quantos são? São 7.216 os coletados.

Aos coletados com valores até mil euros vamos já fazer a devolução.

Não se antecipem, porque só depois dos senhores terem votado a revogação deste regulamento é que ela se pode efetivar.

O senhor (passo a expressão) não pode dizer as asneiras todas, tem que haver alguma equidade.

Ficam 185 contribuintes maiores, dos quais vamos caso a caso, ver a devolução e faremos a devolução. O total dos contribuintes pagantes desta taxa ao longo deste período a que ela foi aplicada foram 7.401 e na realidade temos cerca de 57 mil consumidores de água, se fosse em Lisboa estes 57 mil tinham pago a taxa.

Temos um problema muito mais fácil de resolver que Lisboa, apesar de Lisboa ter outros meios financeiros. Confiámos numa solução de financiamento que o Partido Socialista arranjou, que constitucionalmente não é válida. Todos estes regulamentos estão devidamente enquadrados, mas se for ver as soluções de cada um dos municípios em concreto, verificará que este município é o que mais se aproxima duma taxa e que mais se afasta de um imposto, porque não se aplica a toda a gente, aplica-se em função de casos concretos.

Explique-me se está disposto a colaborar com os municípios que têm Serviço de Proteção Civil e Bombeiros Sapadores, insistindo com o seu Governo para arranjar de imediato a solução e não no verão quando surgirem os incêndios e estiverem a discutir os milhões dos helicópteros que não vieram (Provavelmente daqui até ao verão, como ainda está a chover, vamos outra vez cortar as silvas e as árvores junto às casas). É preciso colocar os meios! Não é com a formação que dão nas prisões para Sapadores Florestais, que depois não venham dizer que é para as câmaras os empregar sem transferência de meios financeiros. Espero que a transferência de responsabilidades e de competências que aí vêm, não seja só uma transferência de custos.

Peço aos senhores deputados do Partido Socialistas em especial, porque são os do partido que está no Governo, que o façam em vez de atirar pedras para cima de quem tem telhados de vidro.

Não vale a pena disfarçar a situação, porque materialmente foi considerada inconstitucional. Ao primeiro acórdão Setúbal cumpre, devolve o dinheiro, anula a taxa e é por isso que a revogação do regulamento aqui está, o resto é folclore que não se justifica mesmo nada, num caso com esta seriedade. Se o senhor deputado estivesse a fazer essa argumentação na barra do Tribunal não era eu que era seu cliente, esteja descansado!

Devíamos ter em atenção que se preparam tempos de transferência para os municípios de muita responsabilidade, todas elas em funções sociais do Estado que vão reduzir-se, que vão ser atiradas para cima das câmaras e o primeiro caso a surgir está relacionado com os incêndios. Se não for o particular a tratar de limpar os seus terrenos será que ser a câmara a



entidade a que depois vão poder apontar o dedo pela falta de limpeza em todo o sítio. Duvido que essa situação evite o fogo posto. Isso é um exemplo do mau augúrio para aquilo que é a transferência de competências que se anda a preparar. Descentralizar são funções sociais dos Estado, mas esta é uma função de defesa, é a defesa interna, é a proteção civil, é uma função tipicamente da responsabilidade do Estado, vamos ver como é que agora o Estado responde, como é que o Senhor Ministro da Administração Interna vai resolver a falta de financiamento dos municípios, que o próprio Governo do Partido Socialista vai ter que remendar a asneira que fez naquela altura, induzindo os municípios a aplicar aquilo que o Governo PS previa.

Fizemos mal em aplicar a lei do PS?

Faremos sempre mal, porque aqui cumprimos a lei mesmo no IMI, cumprimos sempre a lei.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

5. Deliberação n.º 69/18 – Proposta n.º 20/2018 – DAFRH – Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2018

Antonieta Saragoça (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor da CDU e 3 votos contra do PS e PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – O voto do PSD contra a Tabela de Taxas e Outras Receitas Município, deve-se ao facto de não concordarmos com alguns valores que são aqui apresentados e principalmente um deles, que já fizemos fazer ver através do nosso vereador, que é o aumento em 25% das taxas municipais para as esplanadas fechadas. Estamos a falar de um valor por ano de 69 metros quadrados para o concelho de Setúbal e aqui os concelhos vizinhos de Palmela, pela mesma explanada, por metro quadrado, por ano, pagam 24,74€. No Montijo pagam por metro quadrado, por ano, 40,27€, em Sesimbra 62€, por metro quadrado e podemos continuar por aqui em todo o distrito de Setúbal, tirando Seixal, há alguém que cobre mais do que nós. Temos aqui factos que nos levam a ter que contrariar, porque achamos que o incentivo às atividades económicas se faz por baixar as taxas municipais ou por mantê-las. Sabemos que foi apresentado e foi-nos dito que eram um desincentivo ao investimento ou à atividade económica, poderei eu ter percebido mal, quando me foi dada essa explicação na Comissão. Sabendo nós que queremos atrair cada vez mais turismo para Setúbal e com a preocupação que temos em relação ao valor elevadíssimo dos preços dos transportes para Troia, ou pelos futuros transportes para a Figueirinha, porque todos iremos ser obrigados a ir de transporte público. Relativamente à tabela de preços que é apresentada pelo município de Setúbal, para a Pousada da Juventude, que em comparação com Almada são mais caros. Um quarto duplo com casa de banho em Almada, em época alta, são 40€, na nossa Pousada da Juventude são 44€. Tudo isto é um desincentivo a quem nos queira visitar, aleado aos transportes para Troia, à futura obrigação de transportes públicos para as praias da Arrábida. Tudo isso leva a que fiquemos preocupados que o turismo e o próprio investimento económico seja prejudicado, por isso o nosso voto contra.



Manuel Fernandes (PS) – A bancada do Partido Socialista, obviamente, irá votar contra o regulamento de taxas e licenças para 2018, partindo do pressuposto que nos últimos anos houve um acréscimo acentuado nas taxas do município e principalmente naquilo que já foi atrás referido, o facto de ter havido um incentivo nos últimos anos de fechar esplanadas para regular a requalificação daquilo que foi a restauração da malha urbana, depois de ter existido um esforço financeiro na requalificação feito pelos proprietários e pela própria ARESP, que valorizou todo o património de toda a malha urbana da cidade, vêm agora taxar desta forma mais veemente o património de todos esses contribuintes, que ousaram investir na nossa cidade. Em sede de Economia e Finanças, o senhor Vice-presidente teve a oportunidade de referir que estas taxas, depois de questionado, serviriam para regular e controlar os abusos de ocupação da via pública, principalmente no que diz respeito às taxas de ocupação da via pública. Temos exemplos de taxas que aumentaram nos últimos anos na ordem dos 94%, não estamos a falar de taxas que subiram de um para dois centimos, estamos a falar taxas que subiram de algumas dezenas de euros para outras dezenas quase centenas de euros, estamos a falar taxas de comerciantes que têm vitrinas com 30 anos, que têm toldos com 30 anos, mas viram as suas taxas aumentar cerca de 94%. Tenho aqui um exemplo na minha mão. Fazer um aumento de 94% e dizer que isso é controlar ou regular aquilo que é a ocupação do espaço na via pública, eu diria que é apenas um abuso de linguagem e não um lapso de linguagem.

Suzel Costa (PAN) – O PAN vai votar contra. Pode-se ler na moção da CDU em relação ao Dia Mundial do Teatro, no ponto um “...para que possamos ser livres e felizes”. Nem todas as doses de antropocentrismo e especismo (vou explicar o que isto é) o homem como figura central do universo e a desconsideração de interesses semelhantes quando apresentados por seres de outras espécies respetivamente, que foram recebidas por via da nossa tradição cultural, são capazes de me levar a aceitar que a presença de circos com animais, um divertimento de alguns à custa do sofrimento de tantos outros animais e a aplicação de uma taxa como moeda de troca desta relação doentia que existe entre os animais humanos e os animais de outra espécie. A liberdade, a paz e a melhoria das condições de vida são uma aspiração de todos os seres vivos e, em particular dos animais que estão confinados e sujeitos a maus-tratos nos circos. Por outro lado, a taxa para eutanásia de um gato, pode ler-se, que é 43€, sendo que no relatório de atividades de 2017 foram eutanasiados 72 felinos no canil, isto dá uma média de 3.096€ e com esse valor poderíamos esterilizar 221 gatos. Não se observa aqui nenhuma taxa, nenhum valor referente a esterilização de um animal, de um gato ou de um cão, quando a lei já obriga a que isso assim o aconteça desde 2016. Refere aqui que a título gratuito a entrega de animais por particulares no gatil ou o canil, o que também já tem em desconformidade com a lei, nomeadamente ninhadas com menos de quatro meses cujas condições de vida não podem ser asseguradas no canil ou gatil municipal.

Vice-presidente da Câmara – Para cumprir o dever de defender a proposta, porque as declarações de voto antecipadas, de votos contra, já estão feitas, no entanto, espalharam a imagem de que estamos a cobrar fortunas e exageros tremendos com aumentos de centenas de euros. Uma taxa que não é mexida há vinte ou trinta anos, se tiver um valor de vinte centimos sofre um aumento para quarenta centimos, o que significa um aumento de cem por cento. Esta taxa de ocupação de espaços das esplanadas está a ser tão debatida, no entanto, há que referir que durante dez anos não sofreu nenhuma mexida. De referir ainda que a partir de 2012 para cá, fizeram-se aumentos de vinte centimos ao ano. Vocês estão a achar um exagero nestas taxas?



Quem vem a esta cidade, encontra um crescimento da atividade turística, da atividade na restauração e da atividade hoteleira. Se hoje quisessem marcar quarto para este fim-de-semana iriam encontrar quase tudo esgotado em Setúbal, e não estamos propriamente no verão. Há uma mudança de ritmo da atividade económica em Setúbal. É um dos fatores importantes a normalização e requalificação das esplanadas, que requalificaram o comércio, que requalificaram o espaço público, nos espaços que tem que corresponder com modernização e com uma atualização dos valores, que não correspondem às vantagens que as pessoas retiram desses mesmos espaços público, nem de perto nem de longe. As vantagens da ocupação do espaço público foram muito antecipadamente ganhas e estas taxas comparadas com outros municípios não têm nenhuma evolução que se pareça. Algumas delas podem ser citadas com aumentos de dezenas ou centenas por cento, porque eram taxas que estavam paradas há muito tempo. A taxa da pousada da Juventude nem sequer é a câmara a cobrá-la, mas sim a Movijovem.

Há taxas elevadas em Setubal? Há!

Na APSS toda a gente se queixa que as taxas são muito mais elevadas.

Este regulamento não faz nenhum aumento genérico das taxas e vai fazendo algumas pequenas atualizações, que nem sequer chegam a acompanhar o crescimento económico, o crescimento na hotelaria, o crescimento na restauração, a modernização desta cidade.

Estamos perfeitamente à vontade e os senhores têm uma perspetiva muito errada, tão errada que a população não reconhece o vosso ponto de vista.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 20 da CDU e 1 de AC, 15 votos contra, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, e 2 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Mesa – Agradecer aos senhores deputados a ponderação e o esforço de contenção que tiveram nas intervenções. Progressivamente vamos atingindo o objetivo que todos temos.

Desejo-vos uma boa Páscoa!

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e cinco minutos do dia vinte e sete de março, de dois mil e dezoito.

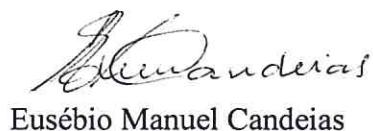
Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e sete de abril, de dois mil e dezoito, contém quarenta e cinco folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa



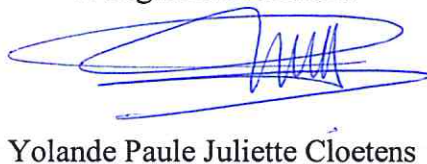
André Valente Martins

O Primeiro Secretário da Mesa



Eusébio Manuel Candeias

A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa, Manuel Monteiro e Vítor Marcos
Verificada por: Ana Cristina Claro
Revista por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa